



**PROLETÁRIOS
DE TODOS
OS PAÍSES
UNI-VOS**

A CLASSE OPERÁRIA

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL - nº 189 - 15 de junho de 2000 - R\$ 1,00



**A letra viva
do socialismo.**

ELEIÇÕES 2000

Oposição apresenta seus candidatos



Mobilizar o povo e unificar a oposição para garantir a vitória

O PCdoB realiza suas convenções municipais para indicar os candidatos comunistas para vereadores e prefeitos. O Partido busca realizar alianças que unifiquem a oposição ao governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso.

Em algumas cidades as convenções já foram realizadas. Em Fortaleza, capital do Ceará, o deputado federal Inácio Arruda, do PCdoB, é o candidato das oposições à Prefeitura.

Páginas 3 e 8

FHC negocia o mar, a Amazônia e as FFAA

As negociações de Fernando Henrique com as maiores potências aprofundam os golpes à soberania. Uma delas está na liberação do mar territorial brasileiro (de 200 milhas náuticas) para a pesca de barcos europeus, em troca da liberação de barreiras sanitárias para os produtos agropecuários brasileiros pela União Européia. O acordo não pode ser celebrado constitucionalmente sem a intervenção do Congresso. Os deputados comunistas Inácio Arruda e Aldo Rebelo requereram a convocação do ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, para explicar o acordo. Inácio conseguiu aprovar uma audiência pública conjunta de três comissões com os setores da economia envolvidos.

rio da Batalha Naval de Riachuelo, no dia 11 de junho. O comandante da Marinha, almirante Sérgio Chagasteles, afirmou que "os conflitos nascem de interesses que entram em colisão e que, em algum momento, perdem a capacidade de acomodação negociada pela via diplomática". E defendeu o reequipamento das Forças Armadas com investimentos que serão "garantia de instrumentos eficazes de respaldo da soberania brasileira".

Mais da metade das 755 aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB) estão impedidos de levantar voo por falta de peças ou de condições seguras de voo. Dos 53 jatos AMX, apenas 13 estão disponíveis. Os demais estão embrulhados nos hangares da Base Aérea de Santa Cruz, no Rio de Janeiro. O mais grave, contudo, está contido num "acordo de assistência militar" com os EUA, assinado pelo governo, que depende de aprovação pelo Congresso Nacional: o protocolo prevê a doação de material bélico sucateado (por desgaste ou superação tecnológica) das forças armadas norte-americanas. Isto é um acordo político que institucionaliza a volta de inspetores americanos aos quartéis brasileiros, excluídos desde o rompimento do acordo militar com os EUA, na administração Jimmy Carter.

Outro golpe está no fato anunciado por Jacques Chirac durante almoço no Palácio de Champ Elysées com a presença de Fernando Henrique: o G-7 vai relançar o programa-piloto para a "Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras" na reunião que ocorrerá em julho, no Japão. "Não podemos deixar o governo brasileiro sozinho", afirmou Chirac.

O Brasil não quer este tipo de companhia, desprezando uma preocupação evidente nos altos escalões das FFAA brasileiras, como ficou evidente na comemoração do aniversá-

Cena para francês ver

LUIZ CARLOS ANTERO

Depois de arrancar do Congresso Nacional as decisões de interesse mais direto do FMI, Fernando Henrique Cardoso foi à Alemanha participar do Fórum de Berlim e para a França. Envolto em denúncias de corrupção e superfaturamento nas dotações destinadas ao pavilhão brasileiro na Feira de Hannover, circunlocucionadamente e com desdém, a volta entre os mais destacados mandatários do mundo capitalista e da sua periferia dolarizada. Foi buscar apoio para a entrada do Brasil no G-7, que reúne os sete países mais ricos do mundo. Defendeu a redução da jornada de trabalho e posou de presidente progressista.

FHC esteve com Jacques Chirac e Lionel Jospin (presidente e primeiro-ministro da França), o alemão Gerhard Schröder, e pajeou Bill Clinton.

Enquanto no Brasil só se fala em greves, movimentações de ruas, levantes em presídios e FEBEMs, guerra aberta em favelas, seqüestros, ocupações, estatísticas crescentes de desemprego, arrocho salarial e cortes em salários e benefícios de trabalhadores ativos e aposentados, FHC afirmou em Berlim: "O que se busca é um consenso político-moral que, de alguma maneira, ultrapasse os limites do Consenso de Washington, de uma visão internacional baseada nos ajustes de mercado e na repetição das fórmulas que deram certo nos países desenvolvidos".

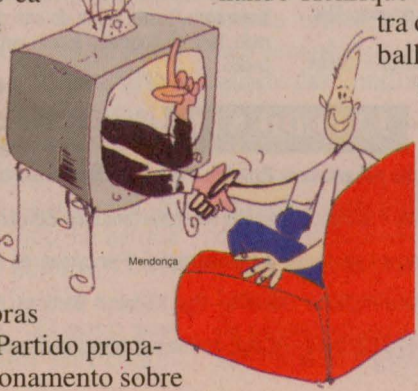
No Congresso Nacional suas afirmações favoráveis, em Paris, à redução da jornada de trabalho, tiveram repercussão imediata. Os deputados Inácio Arruda (PCdoB/CE) e Paulo Paim (PT/RS), autores da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 231/95, requereram ao presidente da Câmara, Michel Temer, a votação da matéria ou a reinstalação da Comissão Especial para examinar a redução da jornada de trabalho para 40 horas.

O texto da PEC prevê jornada de 40 horas semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho, além da "remuneração de serviço extraordinário superior, no mínimo, em 75% à do normal".

PCdoB na TV

O Partido Comunista do Brasil divulgará mensagens através de cadeia nacional de rádio e televisão nos dias 22, 24, 27 e 29 de junho. Nas mensagens para a TV, que serão veiculadas entre 19h30 e 22 horas (10 por dia), o Partido propagará seu posicionamento sobre

a reforma política e as privatizações e denunciara a ofensiva do governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso contra os direitos trabalhistas e a democracia.



As mensagens radiofônicas convidam os ouvintes a ingressar no PCdoB, através do telefone 0800 999965.



**UJS realiza
congresso
histórico**

Páginas centrais

Reforma política na pauta

A pedido dos partidos de oposição, o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, anunciou a instalação de Comissão Especial destinada a debater e aprovar os projetos da reforma política. O pedido foi formulado após uma reunião realizada no PSB na Câmara Federal, com a presença do PCdoB, PT, PDI, PL, PSTN e PPS. Os partidos alegaram que a reforma política

deve ter como centro de discussão a Câmara Federal, e não o Senado.

Entre os aspectos mais debatidos na reforma estão a cláusula de barreira, o fim das ligações nas eleições proporcionais, a fidelidade partidária, a lista nas eleições para deputados e senadores, e o financiamento público de campanha.

Página 5

PCdoB

Impulsionar, politizar e unificar o movimento popular e oposicionista

RENATO RABELO*

Cresce a instabilidade e a incerteza na ordem mundial imperialista. A concentração do capital e da riqueza está sendo elevada a níveis gigantes, provocando desemprego e exclusão social. A elevação da taxa de juros nos Estados Unidos causou impacto na economia mundial. A situação agravou-se especialmente em países dependentes, como a Argentina (com a economia dolarizada). Também os aumentos nos preços do petróleo estão tendo impactos dramáticos nos países emergentes. Vivemos um estresse econômico-financeiro.

Está em curso um processo de conflagração política na América Latina (Equador, Peru, Colômbia, Venezuela), demonstrando a dimensão do estrago da aplicação das políticas neoliberais na região.

No Brasil, o momentâneo alento econômico levou o governo a dizer que a "economia vai bem, mas a situação externa é preocupante". Nas palavras de Fernando Henrique Cardoso, o país vai "de mal a menos mal"... Na verdade, o projeto neoliberal atrelou o país à ciranda financeira internacional e aprofundou a dependência e a vulnerabilidade econômica. O déficit em transações correntes chegou ao seu nível mais alto desde a crise asiática (4,06% do PIB). As despesas com juros subiram 28,8%. A dívida externa cresceu. Cresceu, também, a proporção da remessa de lucros (em 31%). Além disso, a alta das taxas de juros nos Estados Unidos fez cair o investimento em países como o Brasil. Os papéis brasileiros perdem liquidez no exterior. O país é tragado pelo círculo vicioso e perverso que aumenta o buraco nas contas externas, mesmo com superávites fiscais e privatizações. O próprio governo já revê,

para baixo, o crescimento econômico projetado para este ano.

Essa orientação econômica resulta na diminuição de renda dos assalariados. O desemprego mantém-se alto. Os protestos dos trabalhadores não têm sido suficientes para barrar a exclusão social e o aprofundamento das desigualdades. Alheio a essa realidade dramática, o governo de Fernando Henrique promoveu o corte de mais de 7 bilhões de reais no Orçamento da União, inclusive nas áreas sociais.

A situação social agrava-se. Os centros urbanos estão em ebulição, num estágio de violência crescente. No campo caem os postos de trabalho, forçando o êxodo da população rural. Presenciamos uma simbiose de revoltas (Febem, favelas do Rio, reações a ações de despejo) com mobilizações organizadas (protestos de trabalhadores das cidades e do campo, manifestações juvenis - até mesmo os empresários, em Minas Gerais, realizaram protesto de rua contra o governo federal!).

A reação governamental se dá com a escalada repressiva e autoritária. Fernando Henrique fala em "tolerância zero" contra as manifestações populares. Quer dar roupa nova e nova denominação para a velha e repudiada Lei de Segurança Nacional dos tempos da ditadura militar, resgatar o arcabouço autoritário e a máquina repressiva, inclusive os órgãos de espionagem (chamados de "inteligência"). Diz que os protestos não refletem uma "questão social", mas sim uma "questão política", mas trata a situação como uma questão policial! Ao mesmo tempo, o governo avança nas reformas antidemocráticas, dando uma configuração mais reacionária e conservadora ao regime político. Quer restringir a atuação das correntes democráticas e oposicionistas e, para isso vale-se, na legislação eleitoral, de propostas como

a cláusula de barreira, a proibição de coligações e de normas restritivas para o financiamento de campanhas políticas aos partidos populares. O governo busca - ainda não encontrou - a continuidade política para seu projeto neoliberal em 2002 (as pesquisas indicam a preferência por candidatos oposicionistas para a sucessão de Fernando Henrique), e a alternativa governista pode inclusive atropelar a Constituição, como o parlamentarismo ou uma nova reeleição de FHC.

A instabilidade econômica, o agravamento da situação social e a escalada repressiva podem levar a uma radicalização política. No campo oposicionista, avança a repactuação e redefinição de forças, como fica evidenciado pelo apoio de Brizola a Erundina em São Paulo e pela divisão dos partidos da Frente de Oposição no Rio de Janeiro.

É importante que o PCdoB contribua para que a oposição tenha maior nitidez política: o movimento oposicionista precisa se unir e se ampliar e impedir as manobras governistas para dividi-lo e isolá-lo. O nosso alvo deve ser o governo de Fernando Henrique Cardoso e sua política neoliberal e, com esse objetivo, devemos impulsionar a organização e unificação do movimento popular. Os comunistas devem priorizar as mobilizações populares, dando-lhes perspectiva política oposicionista de enfrentamento ao neoliberalismo e ao governo, propagando a palavra de ordem "Fora FHC!" Devemos mostrar à sociedade que o atual governo se esgotou e é necessário substituí-lo por um outro, comprometido com os interesses da nação e dos trabalhadores. O Manifesto em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho é um documento unitário que apresenta uma alternativa de fundo para o nosso país. E essa alternativa só é possível em um outro gover-

no, oposto ao de Fernando Henrique Cardoso.

FHC pode ser derrotado

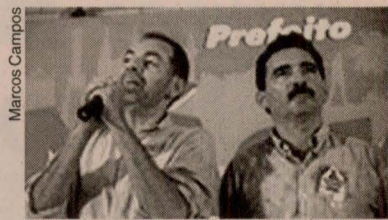
As eleições municipais podem ocorrer num contexto de radicalização política que beneficie a oposição. Politizando a campanha, poderemos colher um bom resultado. Exemplo recente dessa possibilidade foi a eleição para o Conselho do Previ - o fundo de pensões do Banco do Brasil. Concorreram sete chapas, uma delas apoiada pelo governo e encabeçada por Camilo Calazans. Votaram 80 mil funcionários do Banco, e a chapa integrada pelo PCdoB e PT ganhou com mais de 40% dos votos!

Para ser fiel aos seus compromissos com o FMI, o governo de Fernando Henrique está com uma margem de manobra cada vez mais estreita. Isso fica evidente pela contradição flagrante entre seu discurso e sua prática - num dia fala que vai priorizar a questão social, no dia seguinte faz cortes no Orçamento retirando recursos da área social! Ao tempo em que fala da importância da educação, liquida com a universidade pública...

Vai ganhando novo vulto uma consciência nacional, que se contrapõe às privatizações, ao sucateamento da saúde e da educação, ao abandono da soberania e ao recrudescimento autoritário do governo.

O entrelaçamento das mobilizações populares e unificação das forças oposicionistas com a campanha eleitoral e a construção partidária é o caminho seguro para ampliarmos nossa atuação e infligirmos uma derrota ao governo de Fernando Henrique e seus aliados nas urnas, em outubro próximo.

*vice-presidente do PCdoB. Informe à 17ª reunião da Comissão Política do Comitê Central, 26 de maio de 2000



Inácio (microfone) e Bruno

Inácio Arruda é Fortaleza de todos

Um momento histórico para Fortaleza. Assim foi a convenção unificada da coligação "Fortaleza de Todos", que reúne PCdoB, PT, PDT, PSB e PCB, realizada no dia 11 e que oficializou a candidatura do deputado federal Inácio Arruda (PCdoB) a prefeito e do deputado estadual Artur Bruno (PT) a vice. O Ginásio do SESC abrigou mais de 5 mil pessoas. Apresentaram-se grupos de capoeira, teatro de rua e hip hop; a Banda de Música do Piamarta e o Coral Moenda de Canto. O "Maracatú Az de Ouro" entrou no ginásio ao som de "Pavão Misterioso", acompanhado de milhares de vozes. No encerramento o sanfoneiro Zé de Manú transformou a convenção numa autêntica festa junina.

O presidente do PCdoB/CE, Carlos Augusto Patinhas, abriu o ato público. Os oradores destacaram a necessidade do empenho dos militantes para conquistar a maioria da população. Após falarem os representantes locais dos partidos, foi a vez dos deputados federais Sérgio Miranda (PCdoB/MG) e Virgílio Guimarães (PT/MG).

O candidato a vice, Artur Bruno, destacou o espírito unitário que deve marcar toda a campanha. Falou sobre alguns pontos do programa como o fim do telensino, o orçamento participativo e o uso do plebiscito e do referendo.

Uma mistura de entusiasmo e emoção tomou conta da convenção enquanto Inácio Arruda falava. O candidato referiu-se a vários militantes dos partidos ligados. Citou personagens históricos do Ceará como Antonio Conselheiro, Padre Mororó, Tristão Gonçalves e Frei Tito de Alencar. Conclamou "os militantes a visitar, junto comigo, cada bairro da cidade para debater com o povo seus verdadeiros problemas".

Uma iniciativa interessante é a Caravana Sindical, que acompanhará Inácio e Bruno com carros de som e material de divulgação em visitas a mais de 80 bairros de Fortaleza.

Entre os principais adversários está a deputada estadual Patrícia Gomes, do PPS (ex-esposa de Ciro Gomes), apoiada pelo governador Tasso Jereissati, do PSDB, pelo PPB malufista e PTB. O outro adversário é o atual prefeito Juraci Magalhães, do PMDB, cuja administração é repleta de denúncias de corrupção. Concorrem ainda Moroni Torgan (PFL), estimulado pelo líder do PSDB no Senado, Sérgio Machado, e Almeida de Jesus, deputado federal e pastor da Igreja Universal. O PSTU também deverá lançar candidato.

O PCdoB pretende eleger outro prefeito e o deputado Tarcsio Dias em Granja. O Partido pretende aumentar sua presença nas Câmaras Municipais.

PCdoB lança mulheres para a Câmara de Manaus

O PCdoB fez o lançamento oficial das 5 candidatas a vereadoras que vão disputar a eleição de outubro. O encontro aconteceu na sede do Sindicato dos Trabalhadores em Telefonia do Amazonas (Sinttel) e contou com a participação do pré-candidato à prefeitura de Manaus, deputado estadual Eron Bezerra, e do vereador Edson Ramos, que vai disputar a reeleição.

Lúcia Antony, Lucimar Weil, Isis Tavares, Vilma Palheta e Dora Brasil destacaram a luta de Eron Bezerra em defesa dos interesses da coletividade e contra a política econômica do presidente Fernando Henrique Cardoso e seus aliados, como o governador do Estado e o prefeito de Manaus. "O povo percebe que o PCdoB tem condi-

ções de dirigir os destinos da cidade de Manaus e as mulheres fazem parte dessa luta em defesa do povo", observou Lúcia Antony.

Lucimar Weil criticou a atuação das atuais representantes das mulheres na Câmara Municipal de Manaus. Segundo ela, as mulheres são mais de 50% da população do Amazonas e representam 49% do eleitorado, sendo também a maioria nas universidades e chefiam um quarto das famílias. "Apesar disso, a divisão de poder ainda é muito desigual". Já Isis Tavares considera que o governo desenvolve uma política econômica que prejudica os mais jovens e as mulheres. Vilma Palheta defendeu uma política de geração de emprego para os jovens. Em sua opinião o governo manipula



Eron Bezerra defende as candidaturas das comunistas

a população pobre para se eleger e eleger seus candidatos. Por seu lado, Dora Brasil destacou a necessidade de fortalecer a

candidatura de Eron Bezerra, "que é respeitado por sua competência política e sua atuação no Parlamento".

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

MOVIMENTO

Os comunistas e a CUT

"[...] as revoluções proletárias, como as do século XIX, se criticam constantemente a si próprias interrompem continuamente seu curso, voltam ao que parecia resolvido para recomeçá-lo outra vez (...) até que se cria uma situação que torna impossível qualquer retrocesso..." (Marx, "O 18 Brumário")

A. SÉRGIO BARROSO*
e J. BATISTA LEMOS**

Não é exagero afirmar que "um espectro ronda" a Central Única dos Trabalhadores. Espectro de uma crise. Crise que não é propriamente "sua", mas também é.

Às vésperas do 7º Congresso da Central, surgem críticas de vários lados. Aparecem outras diferenças no interior da "maioria". Junto a um processo de "asfixia" da representação de correntes opositoras da orientação predominante. Mas, principalmente, cresceram as dúvidas imediatas, ou seja, sobre sua capacidade de resposta à ofensiva neoliberal de FHC, e quanto ao futuro do seu projeto de central sindical representativa das correntes progressistas do trabalho no Brasil.

Linhas de um balanço do último período registraríamos: 1) uma ação política de massas visivelmente oscilante, ora de paralisia, ora de mobilizações importantes – como a "Marcha dos 100 mil" –, entretanto "despolitizadas" pelo setor hegemônico do PT no enfrentamento ao governo e subordinada ao calendário eleitoral; 2) crescente institucionalização da ação sindical priorizando fóruns tripartites, uma nova dependência de recursos do FAT – resultando priorizar a criação de organismos de políticas compensatórias aos efeitos do neoliberalismo ("central de emprego e renda", "economia solidária"); 3) burocratização, distanciamento das bases sindicais e fragmentação "corporativa" dos ramos nacionais e grandes sindicatos – demonstrando considerável perda de direção; 4) aprofundamento de concepções organizativas baseadas no "plurissindicalismo", ratificadoras da visão liberal da liberdade e autonomia sindical, também sintonizadas com governo e patrões em impor a descentralização das negociações coletivas e maior flexibilização do trabalho; 5) a luta pela superação do capitalismo e a perspectiva socialista programática (algo em si já importante), têm expressado frases vazias, o que, nestes anos de capitulação e negação da possibilidade da transformação social mundo afora, representa uma questão relevante. Não se trata da Central sindical assumir a vanguarda da luta pelo socialismo, uma completa ilusão; mas sem criar canais de debates, de compreensão sobre a direção da luta anticapitalista, o sindicalismo contemporâneo será ideologicamente destruído.

Divisão, mudanças e derrota estratégica

Um breve retrospecto, situando particularidades atuais da luta do sindicalismo classista.

Para bloquear o avanço da influência do movimento operário e sindical, destacadamente no pós-II Guerra Mundial, o imperialismo norte-americano agiu em duas frentes: a) institucionalizou, através de convenções da OIT, a proposta do pluralismo sindical, em 1948; b) fundou a CIOSL (Confederação das Organizações Sindicais Livres), em 1949. A primeira medida "coincide" com a expressão proibição de governos de coalizão com os comunistas, na França e Itália (então com enorme crescimento político daqueles partidos), também em contrapartida à ajuda bilionária do "Plano Marshall" (1947). A segunda, para instrumentalizar o sindicalismo anti-comunista, de aparência social-democrata, contra o poder da FSM (Federação Sindical Mundial), orientada pela URSS.

Para o que aqui nos interessa, é fundamental constatar a persistência até hoje da divisão ideológica do sindicalismo, exatamente em países outrora palco de grandes combates proletários revolucionários (a exemplo de França, Itália e Espanha) na Eu-

ropa Ocidental; o que se espalhou epidemicamente, atingindo a América Latina. Onde, mais recentemente, a partir das décadas 80-90, envidaram-se esforços de construção de centrais sindicais de caráter mais plural.

Este último movimento teve como pano de fundo a crise de ditaduras militares, o crescimento das lutas dos trabalhadores contra a superexploração capitalista, pela democracia e o combate ao endividamento externo. Em geral, voltaram-se contra o sindicalismo "oficialista", agrupando ou reagrupando forças heterogêneas à esquerda. Num quadro internacional também de divisão do movimento comunista e no início da vaga neoliberal.

À nova dinâmica do capitalismo, ao curso inconcluso da III Revolução Industrial, sobreveio o colapso socialista no Leste europeu e a desintegração da URSS. Abriu-se o caminho para a ofensiva mais reacionária que se tem notícia desde a ascensão do nazifascismo. Gestado em meados dos anos 40, o ideário neoliberal emoldura, sobretudo, a expansão delirante do capital financeiro. Que, brutal e vorazmente, destrói, desfigura, também ampliando, o trabalho assalariado.

Afirmara João Amazonas: "o retrocesso verificado com o fim da bipolaridade mundial, e em particular a volta da URSS ao capitalismo, conferiu uma derrota de sentido estratégico à luta mundial do proletariado. O que acentua o significado heróico e a força histórica da persistência de China, Cuba e Vietnã, especialmente, na rota do socialismo."

Social-democratismo, resistência: dupla tensão

A conformação das centrais de caráter mais plural que apontamos – e mesmo o processo de participação/ingresso dos comunistas ou de forças de esquerda nelas – ocorreram sob uma hegemonia de correntes ligadas à ideologia social-democrata e/ou social-cristã. Evidentemente, processos que guardaram correspondência à força e tradição sindical do período anterior, mas num novo quadro político-ideológico.

Reorganizações em geral assediadas pela CIOSL, e em menor medida pela CMT (Confederação Mundial do Trabalho), dirigida pelo Vaticano. São exemplos a CUT-Brasil, CUT-Paraguai, CUT-Colômbia, e mais recentemente a CTA da Argentina – na qual têm grande peso as posições da CMT e da CIOSL. Na CUT-Chile, de origem classista, cresce na aliança a influência comunista, permanecendo filiada à CIOSL; filiação ainda não definida na CUT-Colômbia. O PIT-CNT do Uruguai e COB da Bolívia, de orientações distintas, únicas em seus países e centrais bastante ativas, continuam sendo exceções da filiação à Ciosl.

Esse panorama, bastante geral, ajuda a compreender como vêm se dando as lutas de resistência à aplicação do programa neoliberal, particularmente nos países sul-americanos citados. O que significa dizer: onde a direção do campo do sindicalismo progressista sofre um tensionamento ideológico que emerge do caráter diversificado das posições políticas, são maiores os obstáculos a uma política combativa e mais ajustada aos (novos e) grandes desafios da conjuntura atual. Difícil pensar que assim não o fosse. Por outro lado, parece claro que jornadas e greves radicalizadas dirigidas pela COB, por exemplo, não têm conseguido paralisar a ofensiva contra a nação e os trabalhadores que ali prossegue. Evidentemente, sem a resistência da COB tal processo destrutivo estaria num estágio bem mais avançado.

Pelas razões apontadas, divergências táticas e estratégicas existentes, disputas pelo crescimento da influência política, e os "limites" da inserção sindical, são componentes suficientes para estabelecer outro

tipo de tensão: as pressões para rupturas. Problema também alimentado pelo sindicalismo internacional divisionista, praticante da colaboração de classes; pelas ações corruptoras do capital em várias frentes, práticas da cooptação, pelo patronato ou pelas mãos imundas do sindicalismo burguês, de negócios. Questões determinantes numa grande dificuldade para se manter o sindicalismo unitário, plural, compromissado com os trabalhadores e que pressupõe a convivência com opiniões bem diferenciadas.

No Brasil, recordemos, a criação da Força Sindical (abertamente financiada pela AFL-CIO norte-americana) ocorreu exatamente no ano em que os comunistas – através da CSC – ingressam formalmente na CUT (1991). Fato que, à época, motivara um editorial em "O Estado de S. Paulo", alertando sobre a gravidade daquela nossa decisão – delírio anticomunista. Hoje, permanecem duas CGTs. ("Confederação" e "Central"), a USI, surgindo ainda dois agrupamentos que se autodenominam "centrais" (SDS e CAT). O que cristaliza, mesmo na vigência da unicidade sindical, "feudos" (embora não estáticos vez que dependem em última instância do desenvolvimento da situação política do país), configurando uma "barreira" à união para a mobilização das grandes massas de trabalhadores, elemento indispensável para alterar a correlação de forças desfavorável.

Enfim, um teatro luxuoso para aplausos de FHC e os acionistas do neoliberalismo "global".

A CUT tem de mudar o rumo

Avaliamos que o sindicalismo sob orientação predominante dos comunistas, a *Corrente Sindical Classista*, tem avançado dentro e fora da CUT. Mas são muitas as limitações, como apontaram os documentos do 4º Congresso (dez./1999). E não temos fórmulas mágicas para enfrentar problemas objetivos vividos pelos proletários do mundo sórdido do capitalismo. Anima-nos sim uma compreensão política e teórica avançada, uma prática combativa que necessita ser levada às últimas consequências.

Afirmamos que a CUT persiste na trincheira de luta antineoliberal. Na mesma medida em que chamamos atenção para duas questões fundamentais que a corroem: 1) o hegemonismo desvairado da corrente "Articulação Sindical", que sufoca a expressão de todas as outras; 2) o social-democratismo crescente, indiscutivelmente contrastante com a atuação da Central em meados dos anos 80.

A primeira questão diz respeito a uma visão exclusivista que fere, pela raiz, a dinâmica da democracia sindical, podendo ser identificada sem qualquer dificuldade no fato de que, não obstante representarem pouco menos dos 50% congressuais já referidos, das 10 secretarias da Executiva Nacional da central, apenas duas são ocupadas por todas as outras correntes! Recorrente, a política do "rolo compressor" recusa a construção de consensos em aspectos onde não há unidade – como a discussão da organização sindical: a 9ª Plenária sinalizou (1999), e o Congresso da Confederação Metalúrgica (abril de 2000) aprovou, um modelo de estrutura sindical ainda mais concentrador de poderes na cúpula e possibilitador de divisão formal dentro da empresa; precavendo-se, 61 sindicatos metalúrgicos, do total de 90, depois de inúteis conversações, resolveram não assistir ao Congresso.

O hegemonismo a todo o custo agravou-se a ponto de o "grupismo" na "Articulação" a ter levado a apresentar três candidatos à presidência, nove meses antes do 7º Concut, realizadores de inusitada campanha publicitária (mídia, Internet, arrecadação material entre "apoiadores") – enquanto 50%

dos sindicatos estão inadimplentes ao Congresso. Ocorre que (por enquanto) são tênues as diferenças políticas entre eles: na ordem do dia os cargos, e não como enfrentar as políticas do neoliberalismo. Outrossim, dizer que a CUT sempre teve uma "proporcionalidade" estatutária, ou que sempre houve disputa pela presidência, apenas reforça nossa visão: de um lado, tais regras que não só sempre foram rígidas e a serviço de um tipo de "aparelhismo", são hoje muito mais incompatíveis com a necessidade de solidificar as alianças internas, para ampliar para a ação de massas.

O outro problema, diz respeito à postura ideológica no enfrentamento às mudanças no mundo do trabalho e à ofensiva neoliberal. E da análise de que se parte.

Os sindicatos nasceram do ventre do capitalismo, para contestá-lo. Não foi à toa seu reconhecimento funcional pelo parlamento inglês (1824), país-origem do capitalismo. Eles acompanharam, lutaram em todas as fases das metamorfoses do capitalismo, do trabalho, das profissões, sendo forças decisivas na conquista de direitos sociais e políticos. Que impuseram à selvageria da ditadura do capital, uma nova "cidadania social" disse T. S. Marshall. De uma ou de outra forma foram protagonistas de revoluções e contra-revoluções.

O que nos leva a considerar, sinteticamente: 1) as alterações significativas do trabalho – destruição, desfiguração e ampliação do assalariamento – não alteram a natureza essencial da contradição capital x trabalho no capitalismo contemporâneo. Ao contrário, junto às mudanças na composição e estratificação social, amplifica-se a necessidade das lutas pelo direito ao trabalho, ao salário digno, a redução da jornada controlada pelos trabalhadores, proteção social contra o desemprego/velhice/doenças, pela dignificação do trabalho e profissões, principalmente. Batalhas decorrentes de uma brutal ofensiva, específica do programa neoliberal, "duplicando" as tarefas da resistência sindical. 2) A campanha em torno da chamada "crise sindical" multiplicou-se baseada na argumentação da queda nas taxas de sindicalização – em verdade efeitos. Se entre 1985-95, isso expressou uma onda de desemprego e da precarização do trabalho, já o relatório da OIT (1997-8) descreve: crescimento da sindicalização em 20 países, um reforço (compensatório) das atividades sindicais em setores chave e nos emergentes, um desenvolvimento de novas estratégias de negociação coletiva, inclusive no plano internacional. Diz ainda a OIT que o problema se relaciona particularmente às mudanças econômicas, a políticas repressivas e anti-sindicais governamentais, governos em toda a parte à cata de investimentos estrangeiros.

Em conclusão: a tática da resistência ativa é o núcleo da política sindical anticapitalista contemporânea. Trata-se de amplificá-la, a partir de persistente enraizamento e união dos combates sindicais.

A CUT possui 3.040 sindicatos filiados, incluindo os mais importantes, poderosos e representativos do Brasil. Seus sérios impasses a que nos referimos neste artigo, decorrem de uma falsa visão das tarefas atuais do sindicalismo, onde se substitui um rumo anticapitalista de sua política, por um "propositivismo" enganoso, taticamente adaptativo ao status quo. Pelas razões expostas, torna bastarda a perspectiva de longo alcance dos combates e da consciência sindical classista.

A CUT tem de mudar. Fazer a crítica de si, inspirando-se em Marx. "Até que se crie uma situação..."

CDM
Centro de Documentação e Memória
Maurício Grabis
CSC e membro do Comitê Central do PCdoB
Coordenador da CSC e membro do Comitê Central do PCdoB

NACIONAL

A reforma política antidemocrática de FHC

HAROLDOLIMA*

A movimentação em torno da chamada "reforma política" do governo e das forças conservadoras continua seu curso tortuoso. A aula inaugural proferida pelo vice-presidente Marco Maciel na Escola Superior de Guerra foi toda voltada para a defesa do voto distrital misto, da proibição de coligações proporcionais, da "fidelidade partidária". Esses pontos, ao lado da cláusula de barreira já aprovada, constituem os quatro pontos centrais do antigo entulho autoritário do regime militar, cerne da chamada "reforma política" dos governistas que é, assim, uma autêntica contra-reforma.

Quatro princípios devem presidir uma reforma política progressista em nosso país: 1) que aprofunde a democracia e não a restrinja; 2) que garanta a vontade do eleitor e não a fraude; 3) que liberte as eleições do poder econômico, da mídia, dos institutos de pesquisa e da máquina estatal; e 4) que reflita as condições concretas do Brasil e não transplante regras de outros povos. É oportuno um exame do processo em curso a propósito da reforma política.

Uma contra-reforma apresentada como "reforma política"

Quando o Senado Federal tomou a iniciativa de elaboração da chamada "reforma política", assumiu comportamento estranho, que poderia parecer até uma usurpação de prerrogativa; ou uma reprovação descabida à Câmara, que já tivera comissão especial sobre o assunto.

Parece, entretanto, que o móvel dessa ação senatorial, precipitada e inusitada, foi a busca de um ambiente de trabalho mais tranquilo, distensionado, onde os problemas poderiam ser "resolvidos" de forma mais expedita. Seu trabalho encerrou-se em novembro de 1998, formulando oito Propostas de Emenda à Constituição e três Projetos de Lei, essencialmente discricionários e altamente polêmicos, mas tudo por unanimidade... O Relatório Final do senador Sérgio Machado é assinado por todos os membros da mesma, inclusive os dois representantes da oposição. A comissão trabalhou no modelo do pensamento único...

O objetivo do Relatório Final da Comissão Temporária Interna do Senado é propor a redução do número de partidos políticos no Brasil, fixando-os em 5 ou 6, condenando ao desaparecimento os 24 ou 25 restantes. Isto seria assegurado, em primeiro lugar, pela cláusula de barreira, já em vigor, transplantada do modelo alemão, segundo a qual só teriam representação parlamentar, acesso a rádio, televisão e fundo partidário os partidos que obtivessem "5% dos votos apurados", em "cada eleição para a Câmara dos Deputados", "distribuídos em, pelo menos, um terço dos estados, com o mínimo de 2% do total de cada um deles". Prevaleceria também o sistema distrital misto alemão, com "dois votos desvinculados, um para o candidato de seu distrito eleitoral e outro para o partido de sua preferência", "vedando a coligação partidária nas eleições legislativas". Haveria ainda a proibição para as coligações proporcionais e, finalmente, a chamada "fidelidade partidária".

A cláusula de barreira é uma cláusula de exclusão. O partido que não consegue ultrapassá-la é excluído da atividade política, de logo ou gradativamente. Seus eleitores perdem seus votos, de imediato ou na continuidade. Na eleição de 1994, por exemplo, doze pequenos partidos, que tiveram 11,4% dos votos nominais e de legenda, aproximadamente 5 milhões de votos, seriam eliminados. Discute-se o que fazer dos parlamentares que obtiveram esses votos. No caso extremo que se analisa, esses partidos não poderiam empossar seus 52 deputados eleitos e essas vagas seriam repartidas entre os partidos majoritários, precisamente contra os quais aqueles 5 milhões de eleitores votaram.

O Relatório Final do Senado foi buscar mais uma vez na legislação alemã sua proposição de novo sistema eleitoral, o sistema distrital misto, ou sistema alemão. O eleitor teria dois votos, um, a ser dado no candidato do distrito, outro, na lista do partido. O quociente eleitoral seria definido pelos votos dados nas listas, o que garante aos partidos uma participação proporcional ao número de votos recebidos. Mas o primeiro voto, dado em um candidato por distrito, elitiza extraordinariamente o sistema, praticamente garantindo a eleição dos candidatos apoiados pela máquina estatal ou pelo poder econômico, independente do segundo voto, dado nas listas dos partidos, que assim os fortalecem. Os "primeiros" votos, ou votos nos candidatos dos distritos, são votos majoritários, escolhem o vencedor de um distrito que pode ser formado por um conjunto de municípios, situação que, em geral, os candidatos menos aquinhoados não têm condições de disputa. O sistema é tal que, em um Estado, metade dos que serão eleitos, de saída, são seguramente das esferas dominantes locais. O voto proporcional, que possibilita uma representação mais diversificada de eleitos, onde a minoria pode ter acesso, só disputará a metade das vagas.

A proibição das coligações proporcionais surge como mais um casuismo para dificultar arbitrariamente a existência dos pequenos partidos. Prevaleceria a situação paradoxal seguinte: coligação partidária para eleger presidente, ou governador, ou prefeito pode ser feita; mais ainda, coligação para dirigir o país, repartir centenas de cargos e se beneficiar de verbas oficiais, como a existente entre o PSDB, PFL, PMDB e PPB, também pode, sem qualquer problema. Mas coligação formada por deliberação livre de partidos, para a disputa de cargos proporcionais, esta seria proibida.

As forças conservadoras e governistas dizem que não há coligações proporcionais nos diferentes países do mundo. E isto é falso. A Assessoria Parlamentar da Câmara dos Deputados fez levantamento destacando a existência de diferentes tipos de coligações partidárias para eleições proporcionais das "Câmaras Baixas" (a dos deputados) em países como Bélgica, Bulgária, Chile, Dinamarca, Grécia, Israel, Polônia, Suécia, Finlândia, República Tcheca, Uruguai, Portugal e Argentina. E o levantamento foi considerado incompleto.

Outro argumento dos conservadores é o de que um número maior de partidos ameaça a governabilidade. Isto também é inteiramente falso. Recente estudo realizado por

professores da USP e publicado sob o título *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional* desmonta por completo esta alevisia. O livro mostra que, após a promulgação da Constituição de 1988, os parlamentares votam quase sempre segundo a orientação dos partidos, o governo aprova quase tudo que quer e a vontade do Executivo prevalece sobre o Legislativo. Tomando por base 297 votações nominais, o estudo comprova que o presidente da República fez valer os seus interesses em 278 ocasiões. No governo FHC, os professores identificaram 166 votações que exigiam quorum qualificado de três quintos. Dessas, o Executivo venceu 151 vezes. Ou seja, nas votações normais, a disciplina da base parlamentar é de 89% e nas votações qualificadas é de 83%. Nas agremiações de esquerda a disciplina é ainda maior. No PCdoB ela crava os 100% e no PT, no PDT e PSB chega próximo.

Outra constatação do estudo dos professores Argelina Figueiredo e Fernando Limongi é que o Executivo conseguiu aprovar 52% das leis que propôs ao Legislativo, entre 1951 a 1964. De 1988 a 1999, o Executivo aprovou 78% de suas propostas. No primeiro período, o Executivo teve a iniciativa da aprovação de 38,2% das leis aprovadas no Congresso, enquanto, no período atual, a proporção subiu assustadoramente para 86%. Isto quer dizer que além de contar com altíssima fidelidade no Congresso, o Poder Executivo praticamente monopoliza o processo legislativo, sendo o responsável por 86% do total de leis aprovadas pelo Legislativo nos últimos dez anos.

Por outro lado, vemos que grande parte dos países têm número maior de partidos do que os em funcionamento no Brasil. Em outro levantamento feito pela Assembléia Parlamentar da Câmara dos Deputados conclui-se que, da amostragem examinada, "apenas Portugal e México tem menos de 20 partidos, ficando todos os outros acima de duas dezenas". O estudo assinala a existência de dispositivos que inibem o crescimento de partidos no Parlamento, mas esse número "é mais de 10 na maioria dos casos". No Brasil, são 17 os partidos hoje representados no Parlamento, são 30 os que têm registro no Tribunal Superior Eleitoral.

Ademais, a "inspiração" em legislações alienígenas não é levada em conta quando diminui as dificuldades às representações plurais. Por exemplo, em países como a Argentina, Costa Rica, Espanha, Grécia só existe como barreira o quociente eleitoral, como existia no Brasil. E nos países que adotam cláusulas de barreira, o índice mais amplamente usado é menor que os 5% alemão, que o Brasil adotou. É o caso do México, com 2%, da Bolívia, com 3% e da Itália com 4%.

O objetivo central da pretendida "reforma política" é trazer de volta à legislação brasileira o entulho autoritário que existiu na época da ditadura militar e que foi dela extirpado no período da recente redemocratização brasileira. A primeira proposta de mudança de legislação ordinária, nesse último período, é a que veda a celebração de coligação nas eleições proporcionais, já aprovada no Senado sem maiores dificuldades.

*deputado federal pelo PCdoB/BA



A professora Paula Beiguelman, durante a homenagem

Comunistas homenageiam Catullo Branco na Assembléia Legislativa de São Paulo

No dia 30 de maio os deputados estaduais Nivaldo Santana e Jamil Murad homenagearam os 100 anos de nascimento do engenheiro e ex-deputado comunista Catullo Branco. O ato contou com a participação do presidente da Assembléia Legislativa, Vanderlei Macris (PSDB), do deputado Carlos Zarattini (PT), do presidente do Sindicato dos Engenheiros, Paulo Tromboni, do secretário dos Transportes e Habitação Adriano Branco, representantes do Desenvolvimento Rodoviário S/A (DERSA), da Companhia de Energia de São Paulo (CESP), dos presidentes estadual, Walter Sorrentino, e municipal, Nádia Campeão, do PCdoB, da professora Paula Beiguelman, familiares e amigos.

Nascido em São Paulo, Catullo marcou a história de seu tempo. En-

genheiro electricista, publicou inúmeros estudos sobre o aproveitamento das reservas de energia do país, principalmente no campo das hidroelétricas. Em 1930, elaborou os projetos da Usina Caraguatubá, no Vale do Paraíba, e da Usina Barra Bonita, no rio Tietê. Em reconhecimento ao seu idealizador, em 1989, a Hidrovia Tietê-Paraná passou a se chamar Hidrovia Engenheiro Catullo Branco.

Em 1947, Catullo Branco foi deputado estadual constituinte do Partido Comunista. Destacou-se na luta pelo desenvolvimento e pela defesa da integridade nacional. Foi indicado por 64 colegas de vários partidos para a função de 2º Secretário da Mesa. Em 12 de janeiro de 1948 teve seu mandato cassado, o que considerou "um inexplicável crime contra a democracia". Catullo morreu em 1987.



Parlamentares saúdam a vitória do PCdoB

PCdoB inaugura sala da liderança com festa

No dia 10 de maio aconteceu a inauguração da sala da liderança do PCdoB na Assembléia Legislativa de São Paulo, com um coquetel e uma exposição de fotos sobre momentos que marcaram a atuação do PCdoB no Parlamento de São Paulo. Prestigiaram o evento os deputados Valderlei Macris (PSDB), presidente da ALSP; Alberto Calvo, líder do PSB; Ary Fossen, PSDB; Campos Machado, líder do PTB; Carlinhos Almeida, PT; César Callegari, PSB; Claury Alves Silva, PTB; Duarte Nogueira, PSDB; Edna Macedo, PTB; Edson Aparecido, PSDB; Edson Gomes, líder do PPB; Henrique Pacheco, PT; Jamil Murad, PCdoB; Jilmar Tatto, PT; José Zico Prado, líder do PT; Luis Carlos Gondim, líder do PV; Milton Flávio (PSDB), líder do governo; Nabi Chedid, líder do PSD; Nelson Salomé, PL; Nivaldo Santana, líder do PCdoB; Pedro Mori, PDT; Pedro Tobias, PDT; Renato Simões, PT; Roberto Engler, líder do PSDB; Roberto Gonçalves (PT), 1º Secretário da Alesp; Rodolfo Costa e Silva, PSDB; Rodolfo Costa e Silva, PSDB; Sidney Beraldo (PSDB), 1º vice-presidente da Alesp; Vítor Sapienza, líder do PPS.

Vários dirigentes do PCdoB comemoraram a vitória parlamentar do Partido: João Amazonas, presidente; Renato Rabelo, José Reinaldo Carvalho, Pedro Oliveira, Vital Nolasco, da direção nacional; Socorro Gomes, suplente de deputada federal pelo Pará; Walter Sorrentino, presidente estadual; e Nádia Campeão, presidente municipal. A líder do PCdoB na Câmara Municipal de São Paulo, vereadora Ana Martins; o pré-candidato a vereador e presidente do Sinpeem, Claudio Fonseca; Benedito Cintra e Aurélio Peres, ex-deputados estadual e federal, respectivamente, também compareceram.

O PC do Brasil esteve presente na ALESP sempre que teve oportunidade de vida legal. Assim foi em 1947, quando elegeu uma bancada de 11 deputados constituintes, que marcaram época. Além dos atuais Nivaldo Santana e Jamil Murad, o Partido já contou com representantes na casa como Caio Prado Jr., Mario Schenberg, Catullo Branco. Inúmeras lutas e leis foram aprovadas pelas bancadas comunistas, como a criação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

MOVIMENTO

Congresso da UJS reafirma luta em defesa do Brasil e da juventude



Quase 10 mil jovens participaram do processo de congresso da UJS

PRISCILA SCHIEFER*

A defesa de uma sociedade mais justa, igualitária e socialista ganhou força durante o 10º Congresso Nacional da UJS realizado nos dias 19, 20 e 21 de maio, em Ouro Preto, berço de Tiradentes e Aleijadinho. Do Amapá ao Rio Grande do Sul, todos os Estados participaram. Foram realizados 26 congressos estaduais, reunindo aproximadamente 9.500 militantes. Roraima realizou seu primeiro congresso e São Paulo, Pernambuco e Amapá se destacaram pelas participações mais expressivas. Até Goiás, que teve problemas para realizar seu congresso estadual, levou uma bancada a Ouro Preto.

No sábado à noite, os 560 participantes, dos quais 370 delegados, cantaram, de mãos dadas, o hino nacional e deram início ao Congresso. Painéis de debate sobre temas como *A juventude e as drogas*; *A questão de gênero*; *Emprego para a juventude*; *Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)*; *15º Festival Mundial da Juventude*; e *Diversão e Arte* foram organizados com a presença de personalidades da área. Nos grupos de discussão os principais pontos da tese nacional foram abordados, permitindo uma reflexão mais aprofun-

dada sobre a teoria socialista, a tarefa do militante e a construção da UJS nos Estados e municípios. Os momentos de lazer foram garantidos por torneios de futebol, vôlei e apresentações de dança e teatro na plenária final.

O presidente da Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD), Iraklis Tsavdaridis e representantes de organizações juvenis socialistas de Cuba, Argentina, China, Espanha, Grécia e Vietnã prestigiaram o encontro e reafirmaram a importância da unidade e solidariedade internacional na luta contra a política neoliberal que vem sendo imposta pelos países imperialistas.

Para fechar com chave de ouro, os jovens saíram em passeata do Cine Teatro Vila Rica, onde estava sendo realizada a plenária final, até a tradicional Praça Tiradentes, no centro da cidade. A UJS misturou-se com a população mineira e com os turistas que passavam pelo local e relembrou a trajetória de lutas populares de Tiradentes, Zumbi e dos guerrilheiros do Araguaia. Pelas ruas estreitas da cidade ecoaram palavras de ordem denunciando a política do governo de FHC e o grito pulsava:

“Fora FHC e FMI! Viva a União da Juventude Socialista!”

*da direção nacional da UJS. Colaborou Camila Abud

A luta da juventude no mundo hoje

Para Iraklis Tsavdaridis economista, presidente da Federação Mundial da Juventude Democrática e membro da Juventude Comunista da Grécia, “o movimento juvenil está confrontando a política neoliberal”. Ele veio ao Brasil participar do 10º Congresso da UJS e concedeu esta entrevista à *Classe*:

Classe: O que é a FMJD?

Tsavdaridis: A Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD) é uma entidade fundada no pós-guerra (10 de novembro de 1945) em Londres, que reúne as juventudes progressistas do mundo. Seu congresso de fundação contou com a presença de uma delegação de jovens do PC do Brasil. A FMJD reúne as organizações juvenis comunistas, socialistas, de esquerda e antiimperialistas e mantém, hoje, os princípios democráticos e antiimperialistas que a geraram.

Classe: Como está a luta da juventude no mundo hoje?

Tsavdaridis: O imperialismo está cada vez mais agressivo nos últimos anos e suas primeiras vítimas são os trabalhadores e a juventude. Suas ações têm como alvo a juventude e procuram retirar as conquistas das décadas anteriores. Mas a ofensiva imperialista tem como contraparte a crescente resistência à sua política. Crescem o sentimento e as forças antiimperialistas entre a juventude e há vários exemplos: a América Latina apresenta faces dessa resistência no Brasil – em que o movimento juvenil está confrontando a política neoliberal –, na Colômbia e na Venezuela; e com suas particularidades, na Argentina e no Chile. Um exemplo especial é a ju-

ventude e o povo cubanos que, mesmo próximos geograficamente dos Estados Unidos, continuam resistindo e defendendo a revolução. No mundo inteiro há sinais de que tal resistência vem crescendo. Nos últimos anos na Europa há mobilizações contra a política neoliberal da União Européia, implementada por governos de diversas forças políticas. Em muitos países a juventude reagiu contra os bombardeios à Iugoslávia por parte dos Estados Unidos e seus aliados.

Classe: Como será o próximo Festival Mundial da Juventude?

Tsavdaridis: A história do Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes é um pouco da história da própria FMJD. Desde o primeiro, que foi em Praga em 1947, até o último, realizado em 1997 em Cuba, o movimento dos festivais tem atingido milhares de jovens em todo o mundo sob o lema da solidariedade internacional e da troca de experiências e informações sobre as lutas dos movimentos juvenis. É um espaço para coordenar e unificar a luta de todo o mundo em torno de interesses comuns. O Festival sobreviveu todo esse tempo porque responde à necessidade da juventude ter um espaço de encontro, pois a grande maioria dos jovens do mundo tem as mesmas necessidades – e as mesmas aspirações.

Estamos organizando para julho de 2001 o 15º Festival, na Argélia. É a primeira vez que um país africano sedia o evento – uma homenagem e reconhecimento à luta dos povos africanos contra o colonialismo e o neocolonialismo – e mostra que o festival é realmente mundial, e que deve ser realizado em todos os continentes.

No processo de preparação do 15º Festival declaramos que o imperialismo é inimigo da juventude. Queremos envolver a grande maioria dos jovens do mundo – com suas várias formas de lutas, mas todos lutando contra o imperialismo. Temos confiança que o começo do século XXI não será como o final do século XX: a juventude e os povos estão preparando surpresas ao seu inimigo maior e vamos, com certeza, avançar!




Classe: O que achou do 10º Congresso da UJS?

Tsavdaridis: A FMJD participou com muita honra do 10º Congresso da UJS em Ouro Preto. O Congresso discutiu e aprovou textos de análise, um programa de ação e aperfeiçoou sua estrutura organizativa. A UJS é uma organização revolucionária e combativa que



Tsavdaridis, presidente da FMJD

tem um grande papel nos movimentos juvenis no Brasil – os estudantes universitários e secundaristas (UNE e UBES) contam com vários líderes da UJS em suas direções. O Congresso confirmou o compromisso da UJS com o movimento juvenil progressista internacional, e que a FMJD tem no Brasil um parceiro confiável, pois a UJS tem feito esforços pela unidade de todos membros da FMJD.

		
	Rua Adoniram Barbosa, 53, CEP 01318-020, São Paulo - SP, Tel. 0__11 3104-4140 Correio eletrônico: classeop@ruralsp.com.br	
Pagamento:	<input type="checkbox"/> cheque nominal	<input type="checkbox"/> Vale postal nº
	<input type="checkbox"/> dinheiro	<input type="checkbox"/> Depósito na conta Ag.0251 C/C 48676-7, Banco Itaú
<input type="checkbox"/> Cartão nº Validade	15 edições R\$ 15,00	
Nome: _____		
Endereço: _____	Centro de Documentação e Memória	
Bairro: _____	Fundação Maurício Grabois	
CEP: _____	Data de nascimento: _____	
Tel.: (____) _____	Profissão: _____	
Correio eletrônico: _____	Data da assinatura: ____/____/____	

MOVIMENTO

Viva a juventude socialista!

ORLANDO SILVA JR.*

O clima político de retomada das mobilizações contra o governo FHC deu o tom do Congresso da UJS. As centenas de assembleias, encontros, plenárias e congressos estaduais que constituíram o processo do nosso Congresso foram embaladas pelas palavras de ordem que têm marcado a presença da UJS nas últimas manifestações. Assim foi a etapa final em Ouro Preto.

Os mais de 500 delegados eleitos representaram o mais amplo processo de mobilização que nós já realizamos em 15 anos de história. Os 26 congressos estaduais seguiram estruturando as direções da UJS nos Estados e demos passos para avançar na montagem de direções municipais e núcleos, com a aprovação de um plano de ação para potencializar a construção da entidade no próximo período.

"A consciência do povo daqui..."

Promovemos uma reflexão sobre como aprofundar a identidade socialista da UJS, reper-

cutindo na nossa ação política cotidiana e consolidação como um pólo socialista entre os jovens brasileiros. Reafirmamos o socialismo não apenas como um conjunto de idéias e ideais, ou um horizonte distante, mas sobretudo como um caminho político, cuja rota passa pelo cumprimento das tarefas políticas hoje e impõe mais esforços na construção da UJS como espaço que potencialize a luta revolucionária.

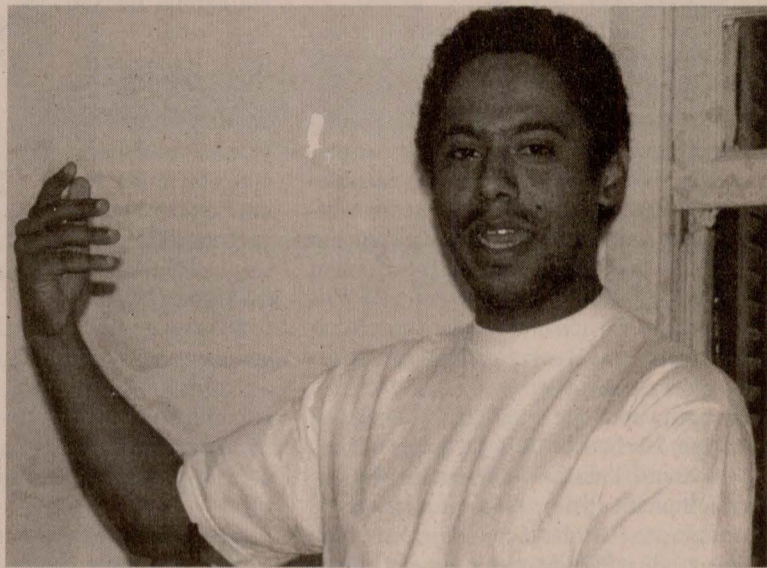
A luta pelo fim do governo FHC e pela construção de uma alternativa de governo, a partir do Movimento em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho, foi a principal resolução política. O governo FHC destrói o futuro do Brasil, e se isso interessa a todos, seguramente interessa mais ainda à juventude. O desemprego, a violência, os problemas na educação, na saúde etc, repercutem mais dramaticamente sobre os jovens. Sobre isso, a UJS refletiu e fortaleceu nossa convicção de luta pelo Fora FHC!, a principal resolução política apontada pela Carta de Ouro Preto, documento de síntese política que caracterizou bem a situação atual do nosso país e da juventude.

Concluimos que o desem-

prego segue sendo o principal problema para os jovens brasileiros e, mais que uma campanha específica, precisamos desenvolver um movimento permanente de denúncia do desemprego juvenil, associando sua causas à exploração capitalista. Ao mesmo tempo é fundamental desenvolver campanhas e atividades sobre questões relevantes da conjuntura como, por exemplo, uma campanha pela aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente e contra a redução da maioria penal; e a Barca da Juventude em Defesa do Velho Chico, que vai denunciar as consequências da transposição do Rio São Francisco e combater a privatização da CHESF.

União da juventude

A unidade é um valor fundamental para nós da UJS e o Congresso lapidou esse nosso patrimônio. As teses apresentadas foram debatidas, enriquecidas e desenvolvidas. As discussões mais polêmicas, principalmente sobre temas juvenis, quando não encontravam síntese possível, tiveram na definição pelo voto, um momento de comemoração e afirmação de



Orlando Silva Jr. foi reeleito presidente da UJS

nossa democracia e unidade.

Essa unidade está sendo construída numa crescente diversidade. Além dos estudantes secundaristas e universitários, de participação histórica nos congressos anteriores, tivemos uma importante presença de jovens trabalhadores, pós-graduandos, uma galera grande que produz cultura e uma turma que desenvolve o trabalho da UJS nas periferias, principalmente através do *hip hop*. Isso é expressão dos passos iniciais para uma ação mais ampla de nossa organização.

Ficamos convencidos de que tem uma turma espalhada por esse imenso país-continentes que responde pela União da Juventude Socialista, que está decidida a avançar na construção do futuro. O 10º Congresso Nacional da UJS virou mais uma página de nossa história e nos atirou mais a frente para, no dizer de Capinam, "virar esse mundo em festa, trabalho e pão".

*presidente da UJS e membro do Comitê Central do PCdoB

Carta de Ouro Preto

Jovens de todas as partes do Brasil, hoje nos reunimos na gloriosa Ouro Preto, bela cidade de vivas cores e formas barrocamente arredondadas, prova viva da grandiosidade de nosso povo – de seu espírito alegre e criativo.

Ouro Preto é palco de uma das mais importantes jornadas pela libertação do povo brasileiro. A outrora "Vila Rica" dos inconfidentes mineiros ergueuse há pouco mais de dois séculos contra a espoliação colonial. Os conjurados, gente como os jovens poetas Cláudio Manuel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga, além de Joaquim José da Silva Xavier – o Tiradentes – revoltaram-se contra a "derrama", tentativa de enviar a Portugal, como "pagamento de impostos", cerca de 6 toneladas de ouro, quantidade exorbitante daquela que era à época a principal riqueza do país.

Os inconfidentes queriam a independência do Brasil; a adoção da forma republicana de governo; a criação de uma universidade em Vila Rica, e a industrialização do país. Fracassaram diante da traição de Joaquim Silvério dos Reis, cuja delação resultou na morte de Cláudio Manuel da Costa, na deportação de Tomás Antônio Gonzaga e no enforcamento e esgarçamento do líder Tiradentes.

A juventude brasileira é tributária da luta dos inconfiden-

tes. Porém, ainda hoje não concluímos a imensa obra da libertação do Brasil. Continuam a existir em nossa Pátria Silvérios dos Reis, e, como dantes, continuam eles a trair nosso povo em troca de influência e de uns trinta dinheiros. Não são poucos os Silvérios que andam por aí, mas o principal deles em nossos tempos chama-se Fernando Henrique Cardoso.

FHC iguala-se a Joaquim Silvério na qualidade de traidor, mas não na magnitude da traição. Segue à risca as determinações do Fundo Monetário Internacional – servo fiel do neocolonialismo norte-americano – e implementa um verdadeiro projeto de desconstrução nacional.

A "derrama" de nossos tempos não tem mais esse nome. Chama-se agora dívida interna e externa, mecanismo que liquida a capacidade de investimento do Estado, transferindo a riqueza gerada pelos trabalhadores para os magnatas do capital financeiro.

A política neoliberal administrada por Fernando Henrique Cardoso paralisa a economia brasileira e inviabiliza o desenvolvimento das potencialidades do país; desnacionaliza e atrofia o parque produtivo brasileiro, jogando milhões de trabalhadores no desemprego e na miséria.



Ato no Monumento a Tiradentes

A juventude vive frustrada pela falta de oportunidades e pela exclusão social. Não tem acesso ao emprego, à educação, à cultura e ao lazer. Sem perspectiva de vida, os jovens são cada vez mais expostos à violência e à crise social em agravamento. São vítimas fáceis do assédio dos narcotraficantes.

Para implementar um projeto com tais consequências, Fernando Henrique Cardoso não hesita em retornar aos mesmos expedientes dos algozes de Tiradentes. Antes eram a de-

portação, o enforcamento e o esgarçamento. Hoje, a virulência das elites contra a juventude e o povo se manifesta na escalada de violência repressiva contra as crescentes manifestações populares, que têm colocado o governo em dificuldades.

O crescimento da repressão subverte o pouco de Democracia existente no país e amplia o espaço de setores conservadores das Forças Armadas, capitaneados pelo general Alberto Cardoso. Chama atenção o retorno à prática da censura, bem como o uso de mecanismos autoritários evocados em nome "da segurança nacional", como a Agência Brasileira de Informações (ABIN) – com funções semelhantes às do antigo SNI.

Mas tudo isso não parece bastar aos poderosos. É preciso também conter a participação do povo nas decisões políticas, seja através da propaganda cética e derrotista, seja através de "reformas políticas" antidemocráticas que visam eliminar o pluralismo partidário.

Mas a juventude e o povo brasileiro jamais se calaram diante das arbitrariedades. Prova disso é esta cidade de Ouro Preto, que transpira por todos os poros um ardente desejo de liberdade. Se espreitarmos por entre seus becos e ruas, apu-

mando os ouvidos para escutar a música do vento, ainda seremos capazes de ouvir as lamúrias dos negros oprimidos na lavoura do ouro. Da mesma forma, ainda é possível perceber, por trás das esculturas mestiças de Aleijadinho, os murmúrios dos inconfidentes tecendo suas tramas de liberdade.

A juventude brasileira é herdeira dos ideais dos inconfidentes. Como eles, tem desejo de liberdade e esperança no futuro.

Armados das lições legadas por essa luta histórica, hoje nos empenhamos na criação de um amplo Movimento em Defesa do Brasil, do Trabalho e da Democracia, que consiga unir todas as correntes de oposição em torno do fim do governo neoliberal de FHC. Defendemos um novo governo, de cunho democrático, patriótico e popular.

Apoiados na experiência histórica do povo brasileiro, saberemos dar um basta ao governo de Fernando Henrique Silvério dos Reis, abrindo caminho para a construção de um novo Brasil, que tenha o verde de nossas matas, o amarelo de nosso ouro e o azul de nosso céu, mas que tenha também o vermelho do sangue de todos os povos, cor do Brasil Socialista que queremos.

delegados presentes ao 10º Congresso Nacional da UJS

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

PCdoB

Conferências Municipais, momento de afirmação partidária

DILERMANDO TONI*

O período de 10 a 30 de junho está sendo de grande movimentação na vida política do PCdoB. O Partido realizará perto de 950 Conferências Municipais que terão a participação de 30 mil militantes aproximadamente. Esses eventos decidem as candidaturas e coligações do Partido e marcam o início da campanha eleitoral com o lançamento oficial dos candidatos comunistas que somam cerca de 1900 a vereador, 30 a prefeito e 35 a vice-prefeito. Os números revelam um crescimento considerável comparativamente ao último processo desse tipo em 1996. Revelam o entusiasmo com que a militância comunista participará da batalha eleitoral que se inicia.

Por outro lado, as Conferências Municipais culminam a primeira fase do II Plano de Estruturação Partidária cujo objetivo é o de colocar todo o Partido em movimento. Diferentemente dos anos eleitorais anteriores, as Conferências Municipais deste ano são o ponto alto de um processo mais organizado de discussão e debates nas Assembléias de Base e Conferências Distritais do Partido, onde toda a militância tem participado ativamente dos preparativos da campanha eleito-

ral e do plano de estruturação em curso. Na capital de São Paulo estão se reunindo 160 bases envolvendo 2.500 militantes, em Belo Horizonte 68 bases com 850 militantes, em Fortaleza 60 bases com 800 militantes, na Região Metropolitana do Recife 50 bases com 500 militantes e assim sucessivamente num movimento que atinge todas as capitais e cidades-pólo do interior. Com isso cria-se uma expectativa positiva de um maior potencial para as campanhas eleitorais com Organizações de Base em funcionamento.

Entretanto esse processo não é linear. Em cidades importantes há atraso na mobilização das bases do Partido. Em vários municípios menores pelo país fora a Conferência Municipal ainda será uma plenária de militantes, pois no momento, não há Organização de Base.

Nessa primeira fase do II Plano de Estruturação Partidária tem jogado um grande pa-



pel o Curso Básico em Vídeo, já considerado um sucesso em vários Estados da Federação. O curso tem se revelado um instrumento que, além de formador, ajuda muito na mobilização partidária e na filiação de novos camaradas. Ao todo já são mais de 500

monitores aptos a ministrar o curso, dos quais 200 só no Estado de São Paulo. Em alguns lugares a atividade do CBV se desenvolve bem. Em Salvador todos os finais de semana novas pessoas passam pelo curso. Na cidade do Cabo, região metropolitana do Recife convocou-se 25 ativistas não filiados para participar do CBV; ao final das exposições e debates 22 pediram ingresso no Partido. Em Fortaleza o CBV foi exibido com sucesso no telão de um acampamento do MST. Esses exemplos mostram que o CBV pode ter um significado bem maior do que se avalia e que deveria ser levado em consideração especialmente nos lugares em que o curso apenas se inicia.

Quanto às filiações a batalha ainda não está definida. Há boas iniciativas nesse sentido como o cartaz feito no Rio de Janeiro e os criativos folders de São Paulo e Minas Gerais que têm a ficha de filiação acoplada a eles. Nos três meses de março a maio, 2.500 pessoas pediram ingresso no Partido pela via do 0800. Entretanto, de uma maneira geral, as filiações ainda estão em ritmo muito lento. Não se tem aproveitado bem a intensificação do processo de luta de massas; centenas de pessoas que ligaram para o 0800 não receberam a devida atenção no sentido de concretizar seu ingresso ao Partido. Para que sejam atingidas as metas propostas será necessário um esforço redobrado para filiar milhares de novos combatentes ao Partido.

Enfim, todo o Partido, especialmente seus organismos dirigentes, devem encarar as Conferências Municipais como um importante momento de afirmação partidária. Conferências bem preparadas e bem feitas são um ótimo começo para a campanha eleitoral partidária, bem como uma excelente demonstração para os aliados da decisão com os quais os comunistas enfrentarão a batalha eleitoral.

*do Comitê Central e da Comissão de Organização do PCdoB

A vitória da legalidade comunista

JAIRO JOSÉ JR.*

23 de maio de 1985 entra para a história contemporânea do nosso país e de nosso Partido como uma data magna, que assinala um marcante acontecimento: a legalização do Partido de vanguarda do proletariado. Fato de extraordinária importância, alcançou grande repercussão na imprensa, nos círculos políticos, entre os democratas sinceros e sobretudo no seio da classe operária das massas populares. Porque, afinal, representa o coroamento de renhidas batalhas democráticas e patrióticas, durante longos anos, contra o arbítrio, a prepotência e a ditadura.⁽¹⁾

Assim **A Classe Operária** registrava em suas páginas, em junho daquele ano, a conquista da legalidade do PCdoB. O fato foi justamente comemorado pelos militantes e dirigentes em todo o Brasil, com atos políticos amplos e festas com participação operária e popular. A alegria e o entusiasmo com essa formidável conquista tinha absoluta razão de ser, afinal a legalização do PCdoB foi reflexo direto das batalhas democráticas e populares contra o regime militar e a ultrapassagem de importante etapa na conquista da liberdade política.

Não resultou, evidentemente, de luta exclusiva, mas foi, sem dúvidas, fruto dos mesmos esforços que conduziram à derrota do regime militar. Principalmente pelo massivo movimento pró-diretas, que resultou na eleição do candidato único das oposições.

Hoje, quinze anos depois, constatamos que a legalidade ajudou imensamente a elevar a atividade do Partido a um novo patamar. Nesse período, o PCdoB continuou sua tradição de luta com o povo e os trabalhadores pela conquista dos grandes objetivos nacionais e democráticos.

Atuando legalmente, o PC do Brasil continua sendo uma força propulsora das lutas dos trabalhadores pelos seus direitos. É uma voz enérgica na defesa de nossa soberania, contra a espoliação do capital financeiro internacional. Está sempre ao lado da classe operária, dos camponeses e de todos os oprimidos e explorados na defesa de seus justos reclamos. A partir da legalidade apareceu "com sua fisionomia político-ideológica no cenário brasileiro, assumiu responsabilidades novas no movimento de massas e junto a outras correntes políticas e democráticas e de esquerda".⁽²⁾

Nesses quinze anos ocorreram fatos importantes no mundo e no Brasil. O principal deles foi a queda do chamado socialismo "real", derrota que teve seu epicentro na ex-

URSS, no final da década de 80 e início dos anos 90. Esse fato trouxe conseqüências graves para o movimento socialista mundial, atingindo, mesmo, correntes revolucionárias que, como o PCdoB, não se identificavam com aquele tipo de socialismo, mas com ele foram confundidas aos olhos do povo em geral. Enfrentou-se por conta disso uma situação generalizada de abalo das convicções progressistas de transformação radical da sociedade.

Alastraram-se o ceticismo, o desalento, as vacilações acerca da justeza da teoria de Marx e Engels, "desenvolvida por Lênin e outros revolucionários proletários".⁽³⁾ Essas derrotas sofridas pelo socialismo e a crise da teoria marxista permitiram uma ofensiva sem precedentes contra os partidos de esquerda, revolucionários, e inclusive contra a militância política em geral. A burguesia realizou e ainda realiza, em todo o mundo, intensa campanha anticomunista. "Deturpa, dissimula, tergiversa. Recorre a múltiplos artifícios para confundir as grandes massas da população a fim de desviá-las do caminho da ação revolucionária".⁽⁴⁾

Outro acontecimento, também em conseqüência desse, foi o advento do neoliberalismo. É bem verdade que a aplicação dessa política e doutrina vem de antes, na década de 70, e tem como exemplo mais conhecido a Inglaterra, com a chegada de Margaret Thatcher ao governo. O imperialismo, em particular o norte-americano, aproveitando-se do desmantelamento da União Soviética, do fim da "Guerra Fria" e da conseqüente defensiva do movimento socialista, iniciou uma ofensiva sem precedentes para aplicação dessa política. Esse "novo" padrão de crescimento levou a uma concentração ainda maior do poder econômico, com conseqüências terríveis para os povos.

A pressão para a aplicação do neoliberalismo no mundo foi brutal e no Brasil foi reforçada pelo conhecido "Consenso de Washington". Com a posse do famigerado governo Collor, em 1990, a ofensiva efetivamente tomou corpo,⁽⁵⁾ foi paralisada em seguida como resultado da luta vitoriosa que resultou no impeachment, mas retomou a investida com a eleição de Fernando Henrique Cardoso.

Em vez de se omitir nesses acontecimentos, o Partido Comunista do Brasil adotou uma postura firme em defesa dos princípios e objetivos norteadores de sua ação revolucionária. Realizou o 8º Congresso com o lema "Socialismo Vive", no qual sintetizou sua convicção nesse sistema social avançado — lutou e luta, esteve e está na linha de frente



Comunistas festejam a reconquista da legalidade do Partido, em 1985

do combate ao projeto neoliberal de FHC. E batalha incansavelmente pela unidade mais ampla dos que se opõem às conseqüências desastrosas dessa política para o país e o povo trabalhador.

Evidentemente a legalidade nos deu melhores condições de desenvolver essas lutas. Atualmente, o Partido vive período de intensa atividade no plano teórico-ideológico. "Reformula conceitos e políticas ultrapassados e desenvolve pensamentos criados relacionados com problemas brasileiros da revolução social...".⁽⁶⁾ Nesse esforço o PCdoB chegou à elaboração do "Programa Socialista", que procura refletir as exigências do desenvolvimento do país.

Na legalidade o Partido cresceu, aumentou sua influência, projetou lideranças, desenvolveu maior atividade no importante terreno institucional. Os parlamentares do PCdoB na Câmara dos Deputados, nas Assembléias Legislativas e nas Câmaras Municipais são referências de luta e coerência.

Ampliou-se bastante o trabalho partidário entre os trabalhadores e no movimento sindical, como também aumentou nossa influência no movimento juvenil. "O Partido, nessa condição legal, diversificou sua atuação na luta social, participa dos movimentos populares, contra a discriminação racial e em defesa da cidadania".⁽⁷⁾

A atividade legal do Partido contribuiu decisivamente para o cumprimento de suas tarefas essenciais. Sem dúvida, passada uma década e meia da conquista da legalidade, o balanço é altamente positivo. São inegáveis as conquistas alcançadas, porém ainda há muito a ser feito. Avançar na estruturação partidária, ampliar e consolidar as organizações de base através para estas os novos filiados, desenvolver melhor o trabalho de finanças, mobilizar mais a militância para tarefas de cunho político e social. O PCdoB precisa, para seu fortalecimento orgânico e

ideológico, extrair mais conseqüências das condições advindas da legalidade; precisa adquirir a contemporaneidade necessária para se tornar um Partido maior e mais forte.

O Partido é um instrumento político da consciência avançada dos trabalhadores da cidade e do campo. E assim tem de aparecer aos olhos da massa. Como ele é. Um canal de expressão para a prática da militância política que precisa ser também expressão de "solidariedade e compromisso com as massas populares, e caminho para emancipação da consciência de homens e mulheres, principalmente de trabalhadores".⁽⁸⁾

O Partido precisa aproveitar a legalidade para ir mais onde o povo está, nos bairros periféricos, nas fábricas, nas escolas, se fundir com o povo, sair mais das sedes, ter diálogos e relação com a massa, viver e conviver com ela. Ensinando e aprendendo, participando e estimulando, lutando e instigando-os a lutar. As organizações de base — instrumentos indispensáveis para que isso ocorra, devem ser espaço de vivência militante e fazer parte da paisagem dos locais de moradia, trabalho e estudo dos militantes.

Combatendo os desmandos antidemocráticos de FHC, o arrocho salarial imposto pelo FMI e a reforma política reacionária do governo do PSDB/PFL; lutando pela soberania nacional, a democracia e os direitos do povo trabalhador. Com a bandeira desfraldada da luta pelo socialismo em nosso país, o PCdoB irá adiante em busca do triunfo dos trabalhadores e de suas idéias revolucionárias!

*operário têxtil, membro do Comitê Central, secretário de Organização em São Paulo

(1) Jornal *A Classe Operária*, ano 0, nº 1, maio de 1985;
(2) *A Classe Operária*, ano 0, nº 1, maio de 1985, p. 18;
(3) Estatuto do Partido, p. 2;
(4) Luiz Fernandes (Documento da 8ª Conferência Nacional), p. 79;
(5) Documento do 9º Congresso — *União do Povo*, p. 66;
(6) *Idem* p. 68;
(7) *Idem* p. 68;
(8) *Idem* p. 67

NACIONAL

Fazendeiro assassino condenado a 19 anos de prisão

O fazendeiro Jerônimo Alves Amorim, que mandou matar o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria e militante do PCdoB, Exedito Ribeiro de Souza, em fevereiro de 1991, foi condenado a 19 anos e 6 meses de prisão em regime fechado. Por 6 votos a 1, a decisão dos jurados foi comemorada por cerca de 400 manifestantes, que desde a manhã estavam diante do prédio do Tribunal de Justiça, onde a sessão foi realizada. Amorim responde ainda a outros dois processos por crime de encomenda, contra Gilvan e José Santos, pai e filho, seus ex-empregados na Fazenda Nazaré, em Rio Maria, no sul do Pará.

A condenação a uma pena inferior a 20 anos impede que a defesa do fazendeiro entre com protesto por novo júri — um recurso que anula automaticamente o julgamento e estabelece uma nova data para o júri. Para o promotor Edson Cardoso e seu assistente de acusação, Luiz Eduardo Greenhalg, a decisão dos jurados refletiu todas as provas contidas nos autos. “A participação do fazendeiro no assassinato era cristalina”, disse o promotor. “Foi ele quem organizou tudo e até promoveu uma churrascada em sua fazenda, depois do crime.”

O gerente da fazenda de



A filha e uma tia de Exedito, durante o julgamento

Amorim, Francisco de Assis Ferreira, o Grilo, que foi intermediário do crime, e o pistoleiro José Serafim Sales, o Barreirito, que matou o sindicalista com três tiros, haviam sido julgados e condenados respectivamente a 25 e 21 anos de prisão em 1995. Ambos apontaram Amorim como mandante do crime.

Para a deputada Sandra Batista, líder da bancada do PCdoB na Assembléia do Pará, a condenação de Jerônimo Alves de Amorim foi uma vitória: “é o primeiro mandante de assassinato de trabalhador rural que vai a julgamento no Estado do Pará. Exedito foi assassinado no dia 2 de fevereiro

de 1991. Na época era membro da direção estadual do PCdoB. Antes dele vários outros combatentes da reforma agrária tinham tombado a mando do latifúndio, como João Canuto (também presidente do STR de Rio Maria e dirigente do PCdoB), os irmãos Paulo e José Canuto, os deputados estaduais Paulo Fonteles (PCdoB) e João Batista (PSB), Brás de Oliveira (da direção do STR de Rio Maria) e Ronan. O brutal e covarde assassinato de Exedito e dos demais combatentes da Reforma Agrária tinha como objetivo calar a voz de quem luta em defesa dos trabalhadores rurais.”

Governo perdeu 778.520 exames para câncer de colo de útero

A deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ) encaminhou denúncias ao Ministério Público sobre irregularidades na Campanha Nacional de Controle do Câncer de Colo e Útero, realizada em 1998 pelo Ministério da Saúde: “Todos se lembram da campanha de prevenção do câncer de colo uterino que o governo desenvolveu nos meses de agosto e setembro de 1998, ano eleitoral, no intuito de captar milhares de mulheres deste país para o exame preventivo. Os resultados, formal e publicamente, só foram fornecidos pelo Ministério da Saúde na última reunião da Comissão Intersetorial da Saúde da Mulher (CISMU), entidade ligada ao próprio Ministério e ao Conselho Nacional de Saúde, que reúne entidades que lidam com a saúde da mulher, como a CNBB. Os dados são gritantes e mostram que estão em jogo a lisura, a competência e a respeitabilidade que a sociedade brasileira exige no funcionamento do Ministério da Saúde”.

Foram coletados e pagos 3.177.740 exames. No entanto, retornaram lidos apenas 2.399.220 exames, o que significa que 778.520 lâminas foram pagas e não lidas. “Nesse grupo de 778.520 lâminas desaparecidas não sabemos qual o índice de positividade para câncer. Das lâminas lidas, constatou-se que, das 11.988 mu-



Jandira: em defesa da saúde

lheres que tiveram exames positivos para câncer, 3.143 mulheres, ou seja, 26% dos exames positivos, não estão em tratamento. Esses 26% dos exames positivos em nível nacional compreendem 78,5% de exames na Bahia, 66,7% no Distrito Federal, 65,2% na Paraíba, 62,2% em Pernambuco e 59,5% no Piauí, para citar apenas os Estados onde a desinformação é maior”, afirmou a deputada.

Segundo Jandira, “o Ministério da Saúde sequer sabe dizer se essas mulheres foram avisadas que estão com câncer, o que foi feito delas, que tipo de tratamento receberam ou mesmo se já morreram um ano e meio depois da coleta de lâmina! E quando esses dados são passados para os

grandes meios de comunicação, nada é publicado. Denunciei essa situação para o jornal *O Globo*, mas a matéria foi censurada; denunciei para o *Jornal Nacional*, censurada; forneci os dados para o *Correio Braziliense*, censurados.”

A parlamentar comunista afirma que “um ano e meio depois, não sabemos onde foi parar o dinheiro público, que pagou multilaboratórios privados, não sabemos o que foi feito de 3.143 mulheres, e o Ministro da Saúde, principal autoridade de saúde do país, trata isso como desvio padrão numa tabela estatística, não trata como vidas humanas. Pedimos ao Ministério Público não apenas a investigação, mas as medidas administrativas e penais cabíveis. Porque, se essas mulheres morreram, isso é crime, alguém vai ter de pagar por isso. E acho que a responsabilidade fundamental é do governo federal.”

A deputada encaminhou Requerimento de Informação para que o ministro José Serra explique onde foram parar os exames realizados e pagos e como perdeu o controle do tratamento dessas mulheres. Para Jandira, “o ministro Serra tem se preocupado mais com o marketing do que com a seriedade e os cuidados que merecem a saúde das mulheres”.



Manifestação em Curitiba: repúdio à repressão e autoritarismo

Ato nacional no Paraná repudia violação dos direitos democráticos

No dia 2 de junho Curitiba foi palco da Jornada Nacional de Luta em Defesa das Liberdades Democráticas, que reuniu mais de 4 mil pessoas e importantes lideranças políticas, sindicais e populares. Estiveram presentes o deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB/SP); os senadores Eduardo Suplicy (PT/SP), Roberto Requião (PMDB/PR) e Heloísa Helena (PT/AL); o presidente nacional do PT, José Dirceu; dirigentes da CUT, do MST, da UNE e da UBES. A manifestação também lembrou o aniversário de um mês da morte do sem-terra Antonio Tavares Pereira. O agricultor foi assassinado pela Polícia Militar quando a caravana do MST foi interceptada ilegalmente pela Polícia Militar a 10km da capital.

A jornada teve início pela manhã, com uma caminhada dos manifestantes da entrada da cidade até o centro. O ponto alto da jornada foi a realização de um ato público na Boca Maldita, no centro da capital. “Este ato expressa a indignação da sociedade brasileira com a destruição de nosso país e com a impunidade”, lembrou Aldo Rebelo. Para o deputado comunista, “a não punição exemplar dos criminosos demonstra que o governo do Paraná não só orienta, mas aco-

berta assassinos de trabalhadores em instituições oficiais como a Polícia Militar”.

O ex-deputado federal Ricardo Gomyde, que representou o PCdoB do Paraná no ato, considerou a manifestação uma resposta do povo à série de arbitrariedades cometidas pelo governo Jaime Lerner. “Este mesmo governo que impede manifestações populares é condescendente com a enxurrada de denúncias de corrupção que atinge seus aliados. Se até a vice-governadora está envolvida em desvio de dinheiro público para a sua campanha eleitoral em 98, fica claro que Lerner também foi beneficiado”, denunciou.

O presidente da UNE, Wadson Ribeiro, criticou a política que o governo federal implementa nas áreas sociais: “Um governo que paga US\$ 70 bilhões de juros da dívida externa para o FMI não pode mesmo investir em reforma agrária, saúde e em educação. É por isso que estamos aqui. A UNE quer mudar este quadro realizando uma grande jornada de luta com os sem-terra, com os demais trabalhadores e com os estudantes”. O coordenador estadual do MST, Roberto Baggio, destacou a união de movimentos sociais, Igreja e partidos políticos na transformação da realidade do país.

Morreu Amaro Lins, ex-guerrilheiro do Araguaia

No dia 25 de maio morreu em São Geraldo do Araguaia, no Pará, o ex-guerrilheiro Amaro Lins. Ele era natural de Alagoas e mudou-se para o Pará na época da realização da resistência armada organizada pelo PCdoB, conhecida como Guerrilha do Araguaia. No período da guerrilha, chegou a ser preso e torturado quando, logo após afastar-se dos combates diretos, prestava solidariedade e apoio aos guerrilheiros.

Amaro Lins ajudou na

organização do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Geraldo, tarefa muito importante, pois esse município se caracterizou por ser um dos de maior número de ocupações de terra e palco de inúmeras lutas camponesas da região. Além disso, Amaro chegou a organizar associações de moradores em São Geraldo e foi presidente municipal do Partido Comunista do Brasil, ajudando na prática a consolidar os ideais que defendeu ardorosamente em vida.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

MOVIMENTO

Jornalistas denunciam censura e repressão

JOSÉ CARLOS RUY*

No dia 1º de junho de 1808 começou a circular, em Londres – porque a censura portuguesa não permitia sua publicação no Brasil – o jornal *Correio Braziliense*, dirigido por Hipólito da Costa. Era distribuído clandestinamente no Brasil, principalmente porque foi o primeiro órgão de imprensa a levantar-se a favor da independência do nosso país.

É em homenagem ao *Correio Braziliense* que se comemora o Dia da Imprensa na data em que aquele jornal começou a circular – 1º de junho. É um dia de luta pela liberdade de expressão, pela democracia e pela soberania e independência nacionais. Este ano o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo comemorou o dia: denunciando a escalada autoritária dos governos de Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas, expressa na Lei da Mordada, na volta da Lei de Segurança Nacional, da censura, da repressão a grevistas e manifestantes, e na reorganização do serviço de espionagem da presidência da República, para realizar as mesmas tarefas nefastas que o extinto SNI desempenhou durante a ditadura militar.

Para marcar seu repúdio à agressão contra a democracia e à repressão contra caminhoneiros, sem terras, funcionários públicos, professores, negros e índios (como ocorreu em Porto Seguro, na lambança oficial de 22 de abril), os jornalistas de São Paulo realizaram, na sede de seu sindicato, um *Ato Político em Defesa da Liberdade de Expressão e da Democracia*, ao qual compareceram cerca de 60 pessoas – jornalistas, militantes e dirigentes sindicais, ex-presidentes daquele

sindicato, dirigentes de organizações populares, parlamentares como o deputado federal Aldo Rebelo, os deputados estaduais Jamil Murad e Nivaldo Santana, a vereadora Ana Martins (todos do PCdoB/SP) e o vereador Ítalo Cardoso, do PT/SP, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de São Paulo; representantes do Partido dos Trabalhadores e do Partido Comunista do Brasil; entidades como a CUT – Central Única dos Trabalhadores; Fenaj – Federação Nacional dos Jornalistas; MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; Associação das Rádios Livres do Estado de São Paulo; Associação dos Produtores Culturais de São Paulo; TVC – Associação de TV Comunitária a Cabo de São Paulo; Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos (Attac-SP); Fórum Democracia na Comunicação; Sowetto – Organização Negra; Ong Tver.

“Historicamente”, disse Fred Ghedini, presidente do Sindicato, “os trabalhadores sempre prezaram muito a democracia, oxigênio essencial para que eles se organizem, lutem e obtenham suas conquistas. Seja qual for o futuro que se imagine para a humanidade, queremos que ele preserve e amplie a democracia que temos. Lutamos, assim, pela manutenção do mínimo que já se alcançou neste particular, e do qual não se pode abrir mão. Por isso, é preciso resistir às ameaças recentes contra a liberdade de expressão e contra a luta dos trabalhadores.”

No ato, foi aprovado um *Manifesto à Nação*, cujo texto transcrevemos abaixo.

*diretor do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo e membro do Comitê Central do PCdoB

Manifesto à Nação pelo Dia da Imprensa

Trechos do documento aprovado no ato do Sindicato dos Jornalistas:

Estamos comemorando o Dia da Imprensa neste ano num clima de temor e de indignação. Mas dispostos a defender nossas responsabilidades como jornalistas e cidadãos brasileiros, neste momento difícil que o país atravessa, quando diferentes camadas do povo se erguem em defesa de seus direitos e o governo mobiliza contra elas seu grande aparato de repressão. O Brasil viveu, de 1964 a 1984, anos de luta contra a repressão e a ditadura militar que infelicitaram o país e que, para os jornalistas, significaram censura, violência e morte: neste ano completam-se 25 anos do assassinato de Vladimir Herzog, sob tortura. A ditadura matou, também, Mário Alves, Pedro Pomar e Luís Eduardo Merlino, entre outros jornalistas, além das dezenas de outros combatentes que tombaram na luta pela democracia.

Neste ano 2000, no entanto, o Dia da Imprensa poderia estar sendo comemorado de outra forma. Afinal, no comando da República está Fernando Henrique Cardoso que não apenas participou da luta contra a ditadura militar e a censura – ele próprio foi censurado quando escrevia nos jornais *Opinião* e *Movimento* – mas que, por ser um cientista social e ter manifestado no passado simpatia pelo movimento popular, sabe da necessidade que o movimento popular tem de uma imprensa verdadeiramente livre e democrática.

Mas, o que faz o presidente da República quando seu Secretário de Comunicação Social Andréa Matarazzo incentiva a discriminação e a perseguição da mídia ao MST, ao censurar a entrevista de João Pedro Stédile nas tevês educativas do Brasil? Cala-se. Finge que não é com ele. E soma-se à imprensa conservadora, que tem procurado impedir a livre manifestação popular, que discrimina e se esforça para criminalizar os movimentos sociais mais combativos. (...) Acuado por manifestações de amplos setores – do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, aos caminhoneiros, aos estudantes, aos índios, aos negros, aos professores, aos servidores fe-

derais, aos pequenos produtores – que expressam sua indignação contra a política oficial e apontam para a necessidade de um novo governo, o presidente da República e sua equipe desqualificam a crítica e tentam calar a oposição. E, ao seu lado, o senador Antônio Carlos Magalhães começa a apelar para que o Exército seja chamado para restabelecer a ordem.

Os jornalistas não podem ficar calados diante dessa situação. Parte significativa da grande imprensa tenta indispor os movimentos sociais com a população e passou a trabalhar como que alimentada diretamente pelo Palácio do Planalto. É a manifestação do conluio danoso entre o poder e os proprietários dos principais veículos de comunicação, um monopólio existente na prática em nosso país e um fator nítido de atraso político. Esse clube fechado dos grandes proprietários da mídia é o principal responsável por ter vendido ao Brasil a desgraça do pensamento único. Alimenta a má informação e ajuda a deseducar o povo, com um jornalismo de má qualidade, subordinado ao capital financeiro. (...) Ao lançarmos esse manifesto nós, jornalistas, trabalhadores de outras categorias profissionais e cidadãos brasileiros, reunidos no auditório Vladimir Herzog, em São Paulo, consideramos que é preciso um brado em defesa de uma imprensa verdadeiramente livre. E assumimos o compromisso de, nas redações – e também nas ruas, junto com nossos companheiros trabalhadores e democratas sinceros – lutar por informação baseada na verdade objetiva e em defesa dos legítimos interesses do povo brasileiro.

São Paulo, 1º de junho de 2000.

CUT; Fenaj; Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo; MST; PT; PCdoB; Associação das Rádios Livres do Estado de São Paulo; Associação dos Produtores Culturais de São Paulo; Associação de TV Comunitária a Cabo de São Paulo; Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos; Fórum Democracia na Comunicação; Sowetto – Organização Negra; Ong Tver; Aldo Rebelo, deputado federal do PCdoB; Jamil Murad, deputado estadual do PCdoB; Ítalo Cardoso, vereador do PT.

170 anos de Luís Gama – O precursor do abolicionismo no Brasil

AUGUSTO CÉSAR BUONICORE

Em 21 de junho de 1830 nasceu, em Salvador, Luís Gama, a primeira grande figura do movimento abolicionista brasileiro. Filho de uma africana nagô chamada Luíza Mahin e de um fidalgo português. Nasceu como homem livre.

Salvador do início da década de 30 do século passado foi sacudida por inúmeras revoltas escravas. A própria mãe de Luís envolveu-se em algumas dessas conspirações. Presa várias vezes, foi obrigada a fugir da cidade e refugiar-se na Corte. Neste ambiente de efervescência social foi criado o menino Luís. Um fato trágico mudou a sua vida: com apenas 10 anos de idade foi vendido pelo próprio pai.

Luís foi conduzido para a Rio de Janeiro, sede da Corte, e depois seguiu para São Paulo. O seu destino deveria ser as plantações de café do interior paulista. Mas, entre os fazendeiros, a reputação dos negros baianos, especialmente provindos de Salvador, não era boa. Eram considerados rebeldes e insubmissos, uma ameaça a ordem escravista.

Sem encontrar comprador, Luís Gama acabou ficando na cidade de São Paulo, servindo como escravo doméstico. Conseguiu alfabetizar-se e aos 18 anos fugiu do cativeiro e, na Justiça, demonstrou a ilegalidade da sua condição de escravo, conquistando a liberdade.

Tornou-se soldado da Força Pública e depois escrivão da Secretaria de Polícia de São Paulo. Aproveitou a experiência no cargo para conhecer a legislação existente e passou a usar esses conhecimentos na defesa da liberdade dos escravos. Tornou-se um dos principais líderes do movimento abolicionista.

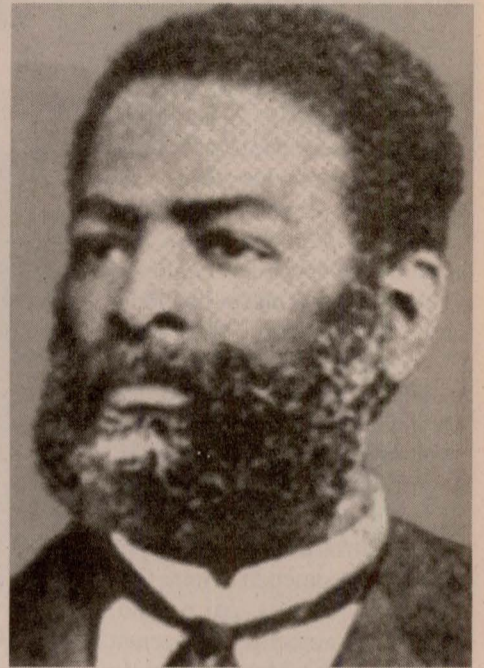
Em 1869 o escrivão foi demitido por sua posição enérgica e sarcástica diante de um juiz que resistia em julgar os casos de libertação de escravos propostos por ele. Sua demissão foi exigida pelo próprio presidente da Província. Ele respondeu: “Honro-me com a demissão que acabo de receber”. Além de demitido, Gama foi processado por crime de calúnia e injúria. O objetivo dos escravocratas era afastá-lo da função de advogado dos negros mantidos em cativeiro.

Luís Gama assumiu a sua própria defesa diante do júri popular e foi absolvido por unanimidade. “Por mais de uma vez,” – afirmou um jornal da época – “durante a defesa, foi a voz do réu coberta de aplausos, sendo saudado por uma roda de palmas por parte dos espectadores ao concluir seu discurso.”

A partir da sua demissão, exerceu exclusivamente a profissão de advogado. Mesmo sem ter cursado nenhuma faculdade ele se destacou como o grande advogado da causa da liberdade, respeitado em todo o Brasil. A ação de Luís Gama garantiu a liberdade de centenas de escravos. Ele utilizava-se das próprias leis existentes e que não eram respeitadas pelos fazendeiros. A principal lei era a de 1831, na qual eram declarados livres todos os negros que ingressassem no país após aquela data. Esta havia sido uma lei “para inglês ver” e jamais foi aplicada, mas como não foi revogada continuou em vigor. De fato, o tráfico só foi proibido pelo governo brasileiro em 1850, através da lei Eusébio de Queirós.

Por esta brecha da legislação, o hábil Luís Gama conseguiu provar que muitos dos negros escravizados deveriam, legalmente, ser considerados homens livres. A ação de Luís Gama causou pânico nos escravistas e no governo imperial, visto que a maioria dos escravos brasileiros ou haviam ingressados no Brasil após 1831 ou eram filhos destes. O reconhecimento deste fato seria um golpe de morte ao sistema escravista brasileiro. O próprio Ministério da Justiça pressionava os juizes para que não concedessem o pleito dos advogados abolicionistas.

Diante das ameaças afirmou: “Fiz o meu dever. Não tenho medo de morrer. Estou no meu posto de honra (...) Sou detestado pelos fi-



Luís Gama, contra a escravidão

guões da terra, que já puseram-me a vida em risco; mas sou estimado em muito pela plebe. Quando fui ameaçado pelos grandes, que hoje encaram-me com respeito, e admiram minha tenacidade, tive a casa rondada e guardada pela gentalha”.

Luís Gama se destacou também como um republicano de primeira hora. Em 1867 compôs ao lado da dissidência radical do Partido Liberal, que mais tarde daria origem ao Partido Republicano. Rápidamente se desentendeu com a maioria conservadora e reformista do novo partido. A principal divergência deu-se, justamente, em torno da proposta relativa à abolição da escravatura: os republicanos, ligados aos interesses dos fazendeiros, pregavam a abolição gradual, resolvida em cada província, e com indenização; enquanto Gama defendia a libertação imediata e sem indenização.

Afirmou Luís Gama: “Aos positivista da macia escravidão eu anteponho o das revoluções da liberdade; quero ser louco como John Brown, como Espártacus, como Lincoln, como Jesus; detesto, porém, a calma fari-saica de Pilatos.”

Luís Gama teve uma vida bastante difícil, beirando a miséria. Numa carta dirigida ao filho afirmou: “não se aterrorize da extrema pobreza que lego-lhe, porque a miséria é o mais brilhante apanágio da virtude”.

Em dezembro de 1880, quatro escravos mataram um fazendeiro em Itú e em seguida se entregaram à polícia. Foram mortos por populares incitados por escravocratas, com a complacência da polícia. Luís Gama, indignado, afirmou: “assim, o escravo que mata o senhor, que cumpre uma prescrição inevitável de direito natural, e o povo indigno, que assassina heróis, jamais se confundirão. Eu, que invejo, com profundo sentimento esses quatro apóstolos do dever, morreria de nojo, de vergonha, se tivesse a desgraça de, por torpeza, achar-me entre essa horda inqualificável de assassinos (...) Miseráveis: ignoram que mais glorioso é morrer livre, em uma forca, ou dilacerado pelos cães na praça pública, do que banquetear-se como os Neros na escravidão”. Esta é mais uma prova do seu radical compromisso com a causa dos escravos.

Em 24 de agosto de 1882 morreu Luís Gama. A cidade de São Paulo, consternada, parou. Mais de 3 mil pessoas acompanharam o corpo do líder abolicionista. Naquela época São Paulo tinha apenas 40 mil habitantes. O jornal *Província de São Paulo* afirmaria: “jamais esta capital (...) viu mais imponente e espontânea manifestação de dor e profunda saudade de uma população inteira para com um cidadão”.

Os negros de São Paulo reconheceram nele o seu mais ardente defensor. “A meio do caminho” – descreveu um jornal – “um grupo, dentre o grande número de pretos que tomavam parte no acompanhamento, não deixou de fazer o elogio de Luís Gama, afirmando que ele conduziu o corpo. E eles reverendo-se entre si, conduziram-no o resto do caminho.”

FORMAÇÃO

O Estado e a Revolução – Lenin

NEREIDE SAVIANI

4.4. A transição do capitalismo para o comunismo

a) ditadura do proletariado – Estado do período de transição da sociedade capitalista para a sociedade comunista;

b) as fases da sociedade comunista

● Primeira Fase – ou fase inferior – o socialismo:

■ os meios de produção deixam de ser de propriedade privada e passam a propriedade coletiva; conseqüentemente, não há mais exploração do homem pelo homem;

■ princípio geral: “de cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo seu trabalho”;

● quem não trabalha não deve comer;

● para igual quantidade de trabalho, igual quantidade de produtos;

■ igualdade ainda aparente, formal – persistem vestígios do direito burguês, o qual:

● é abolido quanto à propriedade dos meios de produção (não mais reconhecimento da propriedade privada);

● não é abolição quanto à distribuição dos produtos (em relação ao trabalho, não em relação às necessidades) – subsistindo diferenças de riquezas (injustas);

■ ainda não são possíveis a justiça e a igualdade: a homens desiguais e por uma quantidade desigual (de fato) de trabalho é atribuída igual quantidade de produtos;

■ portanto, é necessária ainda a existência de um Estado, com um direito, para proteger:

● a propriedade comum dos meios de produção;

● a igualdade do trabalho e a igualdade de repartição dos produtos.

Comente: “Todo o direito é aplicação de uma medida **idêntica** a pessoas **diferentes**, que, de fato, não são idênticas, não são iguais umas às outras; e por isso o ‘direito igual’ é uma violação da igualdade e uma injustiça (...) Mas, entretanto os indivíduos não são iguais: um é mais forte, outro mais fraco; um é casado, outro não, um tem mais filhos, outro menos, etc” (p. 285 – grifos de Lenin)

● Segunda fase – ou fase superior do comunismo:

■ com a expropriação dos capitalistas, feita na primeira fase, tem lugar um gigantesco desenvolvimento das forças produtivas, gerando imensas fontes de riqueza;

■ vão desaparecendo a subordinação opressiva dos indivíduos

os à divisão do trabalho e a oposição entre trabalho espiritual e trabalho manual;

■ o trabalho, de meio para viver, passa à própria necessidade vital: os homens se habitam de tal forma a observar as regras de convivência e seu trabalho é tão altamente produtivo que, em conseqüência, trabalham voluntariamente, conforme suas capacidades;

■ princípio: “de cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades”;

● a distribuição dos produtos não exigirá normas em relação à quantidade recebida por cada um;

● cada um tomará livremente da sociedade, aquilo de que necessitar;

■ será desnecessário o direito, tanto quanto supérfluo será o Estado como órgão regulador das relações e responsável pela garantia da observância das regras de proteção ao direito.

5. A extinção do Estado

5.1. Ditadura do Proletariado (proletariado organizado como classe dominante) – forma de transição do Estado para o não-Estado.

● O proletariado precisa de um Estado:

■ para reprimir as classes exploradoras (que perderam o poder);

■ para regular as relações entre as classes, até que desapareçam as diferenças (dentre as quais, a oposição trabalho espiritual x trabalho manual).

● Mas, trata-se de um Estado de **transição**:

■ o fato de a repressão ser da maioria em relação à minoria faz com que os órgãos especiais de opressão e subordinação (exército permanente, polícia, burocracia) sejam substituídos pela própria população armada, que vai se tornando também capaz de controlar e registrar, sabendo administrar a produção social;

■ com a propriedade coletiva dos meios de produção, finda a exploração do homem pelo homem, instituindo-se formas mais democráticas de participação de toda a população nas diferentes esferas da vida social e política;

■ o desenvolvimento cada vez maior das forças produtivas e a alta produtividade do trabalho vão tornando possível a aproximação ao princípio da distribuição do produto do trabalho segundo as necessidades de cada um;

■ a ausência de exploração, a possibilidade de participação e, conseqüentemente, a inexistência de motivos para indignação e revolta, vão fazendo com que, ao mesmo tempo que se torna desnecessária a repressão, as pessoas formem o hábito de observar as regras de convivência a tal ponto de tronar-se capazes de administrar conjuntamente e tomar da sociedade o



produto do trabalho segundo as necessidades e não além delas;

■ o Estado, portanto, vai se tornando supérfluo.

5.2. Ditadura do Proletariado – Estado que se extingue

● Relação do Estado proletário com os anteriores:

■ os Estados feudal e burguês mantiveram a máquina de Estado encontrada, aperfeiçoando-a e modificando-a apenas na medida de sua necessidade de manutenção e aperfeiçoamento da exploração; enquanto que o proletariado suprimirá o Estado burguês, quebrará sua máquina, substituindo-o por um Estado de tipo superior – a Ditadura do Proletariado;

■ a superação dos Estados escravista e feudal se deu por mudanças e aperfeiçoamentos, a do Estado burguês vai se dar pela supressão e destruição (em ambos os casos – aperfeiçoamento e supressão – há substituição de um tipo de Estado por outro); enquanto que a superação do Estado proletário dar-se-á por extinção – a não mais existência de qualquer Estado;

● A Ditadura do Proletariado é um Estado que se extingue, num processo gradual, prolongado.

■ Condições para essa extinção: ● quebra definitiva da resistência dos capitalistas e desaparecimento destes;

● desaparecimento das classes (fim da diferença entre os membros da sociedade quanto à propriedade dos meios de produção);

● enfim, o Estado só se extinguirá na sociedade comunista, quando, ultrapassada a primeira fase e tendo desenvolvido plenamente as bases da segunda, a sociedade for capaz de realizar a regra: “de cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades”.

Comente: “Mas qual será a rapidez deste desenvolvimento (...) não sabemos e não podemos saber... [temos de deixar] completamente em aberto a questão dos prazos ou das formas concretas da extinção, pois não há materiais para resolver tais questões.” (p. 287 –

grifos de Lenin)

Faça um quadro comparativo dos argumentos dos oportunistas e da refutação de Lenin (com base em Marx e Engels) sobre: a essência de classe do Estado; a destruição da máquina do Estado burguês pelo proletariado; a extinção do Estado.

Atenção!

● Ao estudar *O Estado e a Revolução* precisamos estar atentos ao contexto de sua produção: época da I guerra mundial, guerra imperialista, sob a qual o capitalismo se transformava acentuadamente em capitalismo monopolista de Estado. Como o próprio Lenin assinala no Prefácio à Primeira Edição: “Os horrores e as calamidades inauditos da guerra que se prolonga tornam a situação das massas insuportável, aumentam a sua indignação. A revolução proletária internacional amadurece visivelmente. A questão da sua atitude em relação ao Estado adquire uma importância prática.” (p. 223) Antes da guerra, o capitalismo vivera, desde finais do século XIX, um período relativamente pacífico, o que favoreceu o desenvolvimento de tendências oportunistas no seio do movimento operário, ostentando-se posições de conciliação com a burguesia e de abandono da perspectiva revolucionária. Lenin defendia que: “A luta para libertar as massas trabalhadoras da influência da burguesia em geral, e da burguesia imperialista em particular, é impossível sem uma luta contra os preconceitos oportunistas em relação ao Estado” (p. 223). É nesse clima que Lenin recupera a produção de Marx e Engels sobre o Estado, a revolução e a ditadura do proletariado e busca analisar a experiência das revoluções russas, especialmente a de fevereiro de 1917 (ainda em curso – agosto/1917), que ele entendia como “um dos elos da cadeia das revoluções proletárias socialistas provocadas pela guerra imperialista” (p. 224).

● Compreendidas no seu contexto, as análises de Lenin não devem ser tomadas como modelo

para análise da realidade brasileira atual. Nosso Partido, aliás, já aprendeu que não há caminho único para se atingir o socialismo, o qual somente pode ser construído nas condições históricas concretas de cada país. As lições que Lenin extrai da produção marxista sobre o Estado – especialmente das análises de Marx e Engels sobre as lutas operárias e camponesas, com destaque para a Comuna de Paris – apontam para a conquista do poder pelo proletariado como questão essencial para a construção do socialismo. As formas pelas quais o poder será exercido podem ser as mais diversificadas, mas terão de ser essencialmente democráticas, de modo a assegurar **efetiva participação da maioria trabalhadora** na direção e controle da sociedade, bem como na produção material e espiritual e na fruição dos bens e serviços socialmente produzidos/realizados. Tais são, também, as lições que extraímos das análises das experiências revolucionárias deste século XX. Tanto que nosso **Programa Socialista**, no item *O Poder, a Questão Essencial*, afirma: “Sem o poder político nas mãos das forças sociais com interesses distintos dos agrupamentos que sustentam a ordem capitalista vigente, torna-se impossível proceder às mudanças que se fazem necessárias” (parágrafo 37).

Refleta e discuta

1. Em que consiste a essência de classe do Estado?
2. Como se distinguem a democracia burguesa e a democracia proletária?
3. Qual o lema do comunismo (ou, da fase superior da sociedade comunista)? Por que, nessas condições, o Estado tornar-se-á desnecessário?

Não deixe de ler

- *Democracia: valor histórico* – Luís Fernandes – *Princípios* nº 19, pp. 6-13.
- *Qual democracia? Qual ditadura?* – José Carlos Ruy – *Princípios* nº 19, pp. 14-21.
- *Liberalismo e Social Democracia: teoria marxista sobre o Estado no século XX* – Luís Fernandes – *Princípios* nº 20, pp. 54-62.
- *O Comunismo e o Estado: teoria política marxista a partir de Lenin* – Luís Fernandes – *Princípios* nº 21, pp. 60-69.
- *Construir ou tomar o poder? A estratégia socialista de Marx e Gramsci* – Lincoln Seabra – *Princípios* nº 39, pp. 61-70.
- *Democracia* – Décio Saes, São Paulo, Ed. Ática, 1987.

Eles não usam black-tie

TIÃO (*aparecendo na porta*) – Com licença! Todos esfriam. Mudos. Estáticos.

TEREZINHA (*Depois de alguns instantes quebra o silêncio*) – Tá vendo Tião, soltaram seu Otávio! (*Chiquinho dá-lhe um beliscão. Pausa.*)

ROMANA – Vai ficar que nem estaca na porta, entra!

TIÃO (*a Otávio*) – Eu queria conversá com o senhor!

OTÁVIO – Comigo?

TIÃO (*firme*) – É.

OTÁVIO – Minha gente, vocês querem dá pulo lá fora, esse rapaz quer conversá comigo.

ROMANA – Eu preciso mesmo recolhê a roupa!

JOÃO – Já vou indo, então. Até logo, seu Otávio, e parabéns!

OTÁVIO – Obrigado! (*Saem. Tião e Otávio ficam a sós.*) Bem, pode falar.

TIÃO – Papai...

OTÁVIO – Me desculpe, mas seu pai ainda não chegou. Ele deixou um recado comigo, mandou dizê pra você que ficou muito admirado, que se enganou. E pediu pra você tomá outro rumo, porque essa não é a casa de fura-greve!

TIÃO – Eu vinha me despedir e dizer só uma coisa: não foi por covardia!

OTÁVIO – Seu pai me falou sobre isso. Ele também procura acreditá que num foi por covardia. Ele acha que você até que teve peito. Furou a greve e disse pra todo mundo, não fez segredo. Não fez como o Jesuíno que furou a greve sabendo que tava errado. Ele acha, o seu pai, que você é ainda mais filho da mãe! Que você é um traidô dos seus companheiro e da sua classe, mas um traidô que pensa que tá certo! Não um traidô por covardia, um traidô por convencção!

TIÃO – Eu queria que o senhor desse um recado a meu pai...

OTÁVIO – Vá dizendo.

TIÃO – Que o filho dele não é um “filho da mãe”. Que o filho dele gosta de sua gente, mas que o filho dele tinha um problema e quis revolvê esse problema de maneira mais segura. Que o filho é um homem que quer bem!

OTÁVIO – Seu pai vai ficar irritado com esse recado, mas eu digo. Seu pai tem outro recado pra você. Seu pai acha que a culpa de pensá desse jeito não é sua só. Seu pai acha que tem culpa...

TIÃO – Diga a meu pai que ele não tem culpa nenhuma.

OTÁVIO (*perdendo o controle*) – Se eu te tivesse educado mais firme, se te tivesse mostrado melhor o que é a vida, tu não pensaria em não ter confiança na tua gente...

TIÃO – Meu pai não tem culpa. Ele fez o que devia. O problema é que não podia arriscá nada. Preferi tê o desprezo de meu pessoal pra poder querer bem, como eu quero querer, a tá arriscando a vê minha mulhé sofrê como minha mãe sofre, como todo mundo nesse morro sofre!

OTÁVIO – Seu pai acha que ele tem culpa!

TIÃO – Tem culpa de nada, pai!

OTÁVIO – (*num rompante*) E deixa ele acreditá nisso, se não, ele vai sofrê muito mais. Vai achar que o filho dele caiu na merda sozinho. Vai achar que o filho dele é safado de nascença. (*Acalma-se repentinamente.*) Seu pai manda mais um recado. Diz que você não precisa aparecê mais. E deseja boa sorte pra você.

TIÃO – Diga a ele que vai ser assim. Não foi por covardia e não me arrependo de nada. Até um dia. (*encaminha-se para a porta.*)

OTÁVIO (*dirigindo-se ao quarto dos fundos*) – Tua mãe, talvez, vai querê falá contigo... Até um dia! (*Tião pega uma sacola que deve estar debaixo de um móvel e coloca seus objetos. Camisas que estão entre as trouxas de roupa, escova*

de dentes, etc.)

ROMANA (*entrando*) – Te mandou embora mesmo, não é?

TIÃO – Mandou!

ROMANA – Eu digo que vocês tudo estão com a cabeça virada!

TIÃO – Não foi por covardia e não me arrependo!

ROMANA – Eu sei. Tu é teimoso... e é um bom rapaz. Tu vai pra onde?

TIÃO – Vou pra casa de um amigo da fábrica. Ele mora na Lapa.

ROMANA – E ele vai deixá tu ficá lá? Também furou a greve?

TIÃO – Furou não, mais é meu amigo. Vai discuti pra burro, como todo mundo discuti, mas vai deixá eu ficá lá uns tempos. É ele e a mãe, só!

ROMANA – E depois?

TIÃO – Depois o quê?

ROMANA – O que tu vai fazê?

TIÃO – Vou continuá na fábrica, tá claro! Lá dentro eu me arrumo com o pessoal. Arranjo uma casa de cômodos e venho buscar Maria!

ROMANA – Tu fez tudo isso pra ir pra uma casa de cômodos com Maria?

TIÃO – Fiz tudo isso pra não perder o emprego!

ROMANA – E tu acha que valeu a pena?

TIÃO – O que tá feito, tá feito, mãe!

ROMANA – Teu terno tá lavando. Tu busca outro dia.

TIÃO – A senhora é um anjo, mãe!

ROMANA – Tu vai vê que é melho passá fome no meio de amigo, do que passá fome no meio de estranho!...

TIÃO – Vamos vê!

ROMANA – Dá um abraço! (*Abraçam-se.*) Vai com Deus! E deixa o endereço daqui no bolso, qualquer coisa a gente sabe logo!

TIÃO – Se não fosse a senhora, eu diria que tava agourando! Eu venho buscá o resto da roupa...

MARIA (*entrando*) – Tua vai embora?

TIÃO – Tua já não desconfiava?

MARIA – E agora? (*Romana vai para o fundo e fica impassível.*)

TIÃO – Tá tudo certo. Não perdi o emprego, nem vou perdê. A greve tá com jeito de dá certo, vou ser aumentado. Tu vai receber aumento na oficina. Nós vamos pra um quarto na cidade, nós dois. Depois vem o Otavinho e vamos levando a vida, não é assim?

MARIA – Quer dizê que tu perdeu os amigo?

TIÃO – Sobram alguns! Teu irmão, alguns da fábrica...

MARIA – (*abanando a cabeça, profundamente triste*) – Não... não...

TIÃO – Nós vamos casá, vamos embora, fazê uma vida pra gente. Isso que aconteceu...

MARIA – Não... não tá certo... Deixá isso, não tá certo!...

TIÃO – Não te preocupa, dengosa, vai dá tudo certo. Nós vamos pra cidade, só isso!... Eu fiz uma coisa que me deu o desprezo do pessoal, mas você não. Você não tem o desprezo de ninguém!...

MARIA (*cai num choro convulsivo*) – Não... não tá certo!

TIÃO – Maria, não tinha outro jeito, querida. Eu tinha que pensar... A greve deu certo como podia não dar... E tudo aconteceu na última hora... Quando eu cheguei na fábrica, a maioria queria entrá. Depois é que mudou... Eu fui um dos primeiros a entrá... Podia não ter dado certo. Papai pode ainda perdê o emprego. Eles dão um jeito! E eu? Tu já imaginou o que podia acontecê? Agora não, nós tá seguro!

MARIA (*sempre chorando*) – Não tá certo!... Deixá isso, não tá certo, deixá isso... (*Perde as forças e cai chorando copiosamente.*)

TIÃO – Mariinha, escuta! Eu fiz por você, minha



Chico de Assis e Guarnieri na montagem de “black-tie” de 1958

dengosa! Eu quero bem! Eu tinha... eu tinha que dá um jeito... O jeito foi esse.

MARIA – Deixá o morro, não! Nós vamo sê infeliz! A nossa gente é essa! Você se sujou!... Compreende!

TIÃO – É que eu quero bem!... Mas não foi por covardia!

MARIA (*idem*) – Foi... foi... foi... foi por covardia... foi!

TIÃO (*aflição*) – Maria escuta!... (*A Romana.*) Mãe, ajuda aqui! (*Romana não se mexe.*) Eu tive... Eu tive...

MARIA – Medo, medo, medo da vida... você teve!... preferiu brigá com todo mundo, preferiu o desprezo... Porque teve medo!... Você num acredita em nada, só em você. Você é um... convencido!

TIÃO – Dengosinha... Não é tão ruim a gente deixá o morro. Já é grande coisa!... Você também quer deixá o morro. Depois a turma esquece, aí tudo fica diferente!...

MARIA – Eu quero deixá o morro com todo mundo: D. Romana, mamãe, Chiquinho, Terezinha, Ziza, Flora... Todo mundo... Você não pode deixá sua gente! Teu mundo é esse, não é outro!... Você vai sê infeliz!

TIÃO (*já abafado*) – Maria, não tem outro jeito!... Eu venho buscar você!

MARIA – Não pode, não pode... tá tudo errado, tudo errado!... Por que?... Tá tudo errado!...

TIÃO (*quase chorando também*) – Maria, você precisa me entender, você precisa me ajudá!... Vem comigo!...

MARIA – Não vou... não vou!...

TIÃO – Foi por você!...

MARIA – Não... não... tá tudo errado! (*Chora convulsivamente.*)

TIÃO – Maria, pelo menos tu sabe que eu arranjei saída. (*Quase com raiva.*) Agora tá feito, não adianta chorá!

MARIA – Eu acreditei... eu acreditei que tu ia agi direito... Não tinha razão pra brigá com todo mundo... Tu tinha emprego se perdesse aquele... Tu é moço... Tinha o cara do cinema...

TIÃO (*irrita-se cada vez mais. Uma irritação desesperada*) – Mariinha, não adiantava nada!... Eu tive... Eu tive...

MARIA – Medo, medo, medo...

TIÃO (*num grande desabafo*) – Medo, está bem Maria, medo!... Eu tive medo sempre!... A história do cinema é mentira! Eu disse porque eu quero sê alguma coisa, eu preciso sê alguma coisa!... Não queria ficá aqui sempre, tá me entendendo? Tá me entendendo? A greve me metia medo. Um medo diferente! Não medo da greve! Medo de sê operário! Medo de não saí nunca mais daqui! Fazê greve é sê mais operário ainda!...

MARIA – Sozinho não adianta!... Sozinho tu não

resolve nada!... Tá tudo errado!

TIÃO – Maria, minha dengosa, não chora mais! Eu sei, tá errado, eu entendo, mas tu também tem que me entendê! Tu tem que sabê por que eu fiz!

MARIA – Não, não... Eu não saio daqui!

TIÃO (*num desabafo total*) – Minha Miss Leopoldina, eu quero bem!... Eu queria que a gente fosse que nem nos filmes!... Que tu risse sempre! Que sempre a gente pudesse andar no parque! Eu tenho medo que tu tenha de sê que nem todas que tão aí!... Se matando de trabalhá em cima de um tanque!... Eu quero minha Miss Leopoldina... Eu te quero bem! Eu quero bem a todo mundo!... Eu não sou um safado!... Mas pára de chorá! Se você quisê, eu grito pra todo mundo... que eu sou um safado! (*Gritando para a rua.*) Eu sou um safado!... Eu traí!... Porque eu tenho medo... Porque eu quero bem! Porque eu quero que ela sorria no parque pra mim! Porque eu quero viver! E viver não é isso que se faz aqui!

MARIA – Tião!...

TIÃO – Mariinha, minha dengosa. (*Atira-se sobre ela. Abraçam-se.*) E agora, Maria, o que vou fazer?

MARIA – Não posso deixá o morro... Deixando o morro, o parque também ia ser diferente! Tá tudo errado!... Reconhece!

TIÃO – Não posso ficá, Maria... Não posso ficá!...

MARIA (*pára de chorar. Enxuga as lágrimas*) – Então, vai embora... Eu fico. Eu fico com Otavinho... Crescendo aqui, ele não vai tê medo... E quando tu acreditá na gente... por favor... volta! (*Sai.*)

TIÃO – Maria, espera! (*Correndo, segue Maria. Pausa.*)

OTÁVIO (*entrando*) – Já acabou?

ROMANA – Vai falá com ele, Otávio... vai!

OTÁVIO – Enxergando melho a vida, ele volta. (*Retorna ao quarto. Entram Chiquinho e Terezinha.*)

CHIQUINHO – Sabe, mãe, aquele samba...

TEREZINHA – O samba do “Nós não usa black-tie”.

CHIQUINHO – Tá tocando no rádio...

ROMANA – O quê?

TEREZINHA – O samba do Juvêncio, aquele mulato das bandas do cruzeiro!

CHIQUINHO – Ele tá chateado à beça. O samba tá com o nome de outro cara. (*Sai correndo.*)

TEREZINHA – Eu fiquei com pena do Juvêncio. Tá perto da bica, chorando! Chiquinho! (*Sai.*)

Romana, sozinha. Chora mansamente. Depois de alguns instantes, vai até a mesa e começa a separar o feijão. Funga e enxuga os olhos...

Fim do terceiro e último ato



CDM
CEP 01318-020 - São Paulo - SP
Rua Adoniram Barbosa, 53 - Bela Vista
Tel. 011 3104 4140

A CLASSE OPERÁRIA

IMPRESSO